



O RITO MODERNO

O Rito Moderno ou Francês, segundo rito a ser praticado no Brasil (a partir de 1821), foi criado em 1761, segundo consta, com a finalidade de se libertar das influências da Maçonaria Inglesa que predominava na França, naquela época. Foi reconhecido e adotado pelo Grande Oriente da França em 24 de dezembro de 1761, mas sua implantação definitiva só se deu em 09 de março de 1773, pelo então Grão-Mestre Duque de Cartres, Felipe de Orleans.

Com a aprovação da proposição do Rev. Desmons que estabelecia a retirada da Bíblia do Altar dos Juramentos e substituída pelo livro da Lei Maçônica, suprimindo a expressão "Grande Arquiteto do Universo" dos cabeçalhos de todos os documentos e Atas do Grande Oriente, a Grande Loja Unida da Inglaterra excomungou o Rito Moderno contando relações com o Grande Oriente da França. O principal argumento era de que o Rito Moderno era um rito ateu. Embora a intenção fosse deixar que os problemas de ordem metafísica continuasse sendo de foro íntimo de cada um.

Trabalha, atualmente em sete graus:

Aprendiz;

Companheiro;

Mestre;

1ª Ordem - os Eleitos;

2ª Ordem - Escocês;

3ª Ordem - Cavaleiros do Oriente;

4ª Ordem - Rosa-Cruz.

ORIGENS DO RITO MODERNO

Ir. : Renato Rodrigues da Silva

Para se falar das origens do Rito Moderno, deve-se começar pelas origens da Maçonaria na França.

Em 1517, foi fundado em Paris o “Colégio Francês”. Os membros originais deste colégio vinham da Península Itálica onde faziam parte de instituições conhecidas como “academias”, que tinham pessoas do porte de Leonardo da Vinci, entre outros, como seus membros. As características destes membros eram serem contra os dogmas do papado e contra a interferência da Igreja no Estado. Este colégio floresceu na França com o reinado de Francisco I, e pode ser considerado o primeiro agrupamento maçônico especulativo no mundo. Porém, com a morte de Francisco I, houve um acirramento religioso na França, principalmente em reação à Reforma de Martinho Lutero. A nascente maçonaria especulativa passou a ser perseguida justamente por ser movida pela razão, e não por dogmas, e teve de se refugiar na Inglaterra, onde havia mais tolerância religiosa. A história da Maçonaria, na França, entra então num hiato, pois o centro dos acontecimentos maçônicos se transfere para a Inglaterra.

Em 1649 houve uma guerra civil na Inglaterra, que culminou com a decapitação do Rei Carlos I, da dinastia Stuart, e a adoção temporária de um modelo republicano por parte da Inglaterra. Exilados políticos que eram partidários dos Stuarts se refugiaram na França e abriram lojas maçônicas. Estas lojas passaram a ser chamadas de lojas “escocesas”, porque os partidários dos Stuarts eram escoceses.

A República Inglesa, se podemos chamar assim, dura até 1660, quando a monarquia é restaurada e os partidários desta efêmera república são obrigados a se exilar na Holanda. Levavam consigo a experiência inédita de poderem ter julgado e sentenciado um rei que julgaram desleal ao país e aos seus súditos, e de terem abolido o poder da Igreja, confiscando seus bens – ou seja, conseguiram contestar o absoluto poder vigente, dando um exemplo de liberdade. Na Holanda, gravitando em torno das lojas maçônicas de lá, lançam as sementes do que depois foi conhecido como Iluminismo. Este movimento passa, por volta de 1715, também para a França, através das idéias de John Toland.

Em 1717 houve a criação da Grande Loja de Londres – ou seja a criação da Maçonaria conhecida hoje como “Maçonaria Moderna”. E em 1726 começam a chegar à França lojas maçônicas também vindas da Inglaterra, já filiadas a esta Grande Loja. Passou a haver então, na França, dois tipos de lojas: as “escocesas”, fundadas pelos partidários dos Stuarts, e as “inglesas” (ou “modernas”), filiadas à Grande Loja de Londres, além da influência ideológica daquilo que viria a se chamar futuramente de Iluminismo. Temos aqui as 3 grandes influências na Maçonaria Francesa do século XVIII: A maçonaria dita “stuartista”, mais tradicional e teísta; a maçonaria dita “moderna”, deísta e com tendências racionalistas, bem como as influências iluministas.

Em 1738, é fundada a Grande Loja da França, fazendo com que a Maçonaria francesa passasse para a mão dos próprios franceses, já que até então eram os

escoceses e ingleses que a dominavam. Os grãos-mestres passam a ser franceses e esta Grande Loja da França sofre grande resistência da Grande Loja de Londres, que queria manter a maçonaria francesa sob sua tutela.

Em 1772, a Grande Loja da França foi extinta, e no seu lugar foi criado o Grande Oriente da França, o primeiro Grande Oriente do mundo. Foi este Grande Oriente que criou o que é chamado de “democracia maçônica”, onde há um poder central assessorado e vigiado por um corpo legislativo formado por deputados de todas as lojas (deputados estaduais, para os Grandes Orientes estaduais, e federais para os Grandes Orientes nacionais).

Antes disso, em 1761, o Rito Moderno, ou Francês, já havia sido criado. O motivo da sua criação foi colocar ordem na anarquia então reinante, onde havia diversos ritos com inúmeros graus, criados muitas vezes com o objetivo de vender paramentos, jóias e títulos. O Rito foi criado originalmente com apenas os 3 graus simbólicos – aprendiz, companheiro e mestre – o que causou reclamação, pois havia maçons que queriam enveredar pelo filosofismo. Então, em 1782, o Grande Oriente da França criou uma Comissão, chamada de Câmara dos Ritos, para dotar o Rito com a essência dos graus filosóficos o que culminou, após acalorados debates, em 1786, com a adoção de mais 4 graus filosóficos – Eleito, Eleito Escocês, Cavaleiro do Oriente ou da Espada e Cavaleiro Rosa Cruz. Uma das características deste novo rito foi se manter fiel às Constituições de Anderson, de 1723, e de ter retirado de seus ensinamentos coisas que não eram originais da Maçonaria. Os escoceses, descendentes da maçonaria trazida pelos Stuarts, reagiram à esta redução dos altos graus, pois queriam ir justamente em sentido contrário, aumentando o número de graus, e criaram o que hoje conhecemos como R.E.A.A que, portanto, não é escocês quanto à origem, mas também francês e com posteriores influências norte-americanas.

Há uma certa controvérsia quanto à origem do termo “Moderno”. Alguns autores afirmam que este termo vem da criação, em 1751, de uma loja na Inglaterra chamada de Grande Loja dos “Antigos”. Se auto-intitulavam assim porque se julgavam em oposição aos maçons de 1717, que foram os fundadores do que é chamado de Maçonaria Moderna. Ou seja, o Rito Francês-Moderno teria sido criado com o objetivo de se manter fiel à maçonaria moderna criada pelo movimento de 1717, que estava sendo desfigurada pela criação desordenada de graus, e não por ter sido um rito que tenha criado alguma “modernidade” por si só. De fato, no que diz respeito aos graus simbólicos, o Rito Moderno é o mesmo rito que a Grande Loja da Inglaterra praticava em 1717. Já outros autores afirmam que não o termo não tem relação com os “modernos” de 1717.

De resto, as características principais do Rito Moderno são a defesa intransigente da liberdade de consciência, a condenação de qualquer tipo de tirania e absolutismo, o laicismo, o agnosticismo, a tendência filosófica humanista e padrões de pensamento racionais e científicos.

O Rito Moderno continuou conforme foi criado até 1877, quando o Grande Oriente da França lhe fez uma reforma, que aboliu a exigência da crença em Deus e na imortalidade da alma. Isto gerou forte reação por parte da Grande Loja da Inglaterra, que decretou o Grande Oriente da França como irregular, acusando-o de ateísmo e

materialismo. Essa acusação acabou caindo, por extensão, ao Rito Moderno, que é muitas vezes julgado como um rito ateu e materialista por quem não o conhece com a mínima profundidade. Basta, para isso, verificarmos que o 18º grau do R.E.A.A, que é considerado o grau mais espiritualista do escocismo, nada mais é do que o 7º grau do Rito Moderno. Desta forma, como chamar o Rito Moderno de materialista ?

No caso do Grande Oriente do Brasil, que é reconhecido como regular e legítimo pela Grande Loja da Inglaterra de acordo com os termos de um tratado de 1935, a exigência da crença em Deus continua, apesar de, fiel ao laicismo, não existir invocação ao Grande Arquiteto do Universo nas sessões do Rito Moderno feitas nas lojas do GOB. Apesar de ser, atualmente, minoritário no Brasil, o Rito Moderno é o 2ª Rito mais praticado no mundo; e é também, ou deveria ser, o Rito oficial de todos os Grandes Orientes do mundo, inclusive o do Brasil – ou seja, as cerimônias e sessões oficiais dos Grandes Orientes devem ser todas realizadas no Rito Moderno.

Quanto ao Brasil, não se sabe exatamente quando este Rito chegou aqui, e ainda há controvérsias se realmente teria sido o primeiro rito a chegar, pois há quem afirme ter sido o Rito Adonhiramita. De qualquer maneira, os dois ritos existiam em Portugal e na França, e como era para um destes dois países que os jovens das classes mais abastadas iam estudar, lá acabavam sendo iniciados na Maçonaria e, ao retornarem ao Brasil, abriam ou se filiavam a lojas de um dos dois ritos.

Quando da Independência do Brasil, todas as lojas do então Grande Oriente Brasílico eram do Rito Moderno. D. Pedro I, apesar de ser maçom, tinha medo que a Maçonaria lhe afrontasse o poder, de forma que fechou o Grande Oriente Brasílico em 22 de Outubro de 1822, ou seja, logo após a Independência. Quando o Grande Oriente foi refundado, já com o nome de Grande Oriente do Brasil, após ter ficado fechado por quase 10 anos, todas as lojas que constituíram sua re-fundação também eram do Rito Moderno. E este Rito ficou sendo o Rito majoritário do Brasil por muito tempo, sendo um Rito importante na formação de diversas lideranças brasileiras do Século XIX, tendo tido destacada atuação na Independência do Brasil, nas leis que culminaram na libertação dos escravos (Lei Euzébio de Queiroz; Lei do Ventre Livre e a própria Abolição da Escravatura) e na campanha republicana.

Segundo o Ir. Alexandre Magno Carvalho, autor do livro “O Aprendiz no Rito Moderno”, ultimamente tem havido um ressurgimento do Rito Moderno no Brasil, com a abertura de novas lojas ou com a vinda de Irs. de outros ritos, já que por ser um rito laico, não gera constrangimentos de ordem religiosa.

Bibliografia:

- Manual do Rito Moderno – José Castellani e Frederico Guilherme Costa - Editora A Gazeta Maçônica
- A Maçonaria Moderna – José Castellani - Editora A Gazeta Maçônica
- O Aprendiz no Rito Moderno – Melkisedek (Alexandre Magno Camargo) - Editora A Gazeta Maçônica
- Fundamentos do Rito Moderno – José Francisco Simas –

COMENTÁRIOS AO RITO MODERNO

(Análise dos Rituais)

Ir.: Joaquim da Silva Pires

CAPÍTULO I

O Rito Moderno é possuidor de ardorosos panegiristas e de cáusticos detratores, sendo que estes últimos avultam nas Grandes Lojas Estaduais, onde o citado Rito não é praticado. Entretanto, louvara-o e a ele pertencera o idealizador daquelas Grandes Lojas, o Ir.: Mário Marinho de Carvalho Behring, que, em 1903/1904, chegara a ser Venerável Mestre da Loja "Ganganelli", do Rio de Janeiro, então trabalhando naquele Rito, de cujo Grande Capítulo o referido líder maçônico fez parte, ao ter seu nome aprovado por 16 votos a 2, em eleição realizada em 7 de outubro de 1903. Porém, mais tarde, ao romper com o Grande Oriente do Brasil (17 de junho de 1927), ele viria a mudar de idéia, ao qualificar o Rito Moderno de "arremedo bufo de Maçonaria". Mudar de idéia nem sempre é um ato censurável. Se houver coerência na mudança, ela estará acima de um direito, para ser uma obrigação.

A primacial controvérsia que atinge o citado Rito é devida à inexistência, nas sucessivas edições de seus Rituais, do Juramento e de quaisquer outras menções ao Grande Arquiteto do Universo, depois da reforma feita pelo referido Grande Capítulo, na histórica Sessão de 23 de junho de 1892, noticiada pelo Grande Oriente do Brasil, conforme o surpreendente Decreto nº 109, de 30 de julho daquele ano, assinado pelo então Grão-Mestre Geral Ir.: Antônio Joaquim de Macedo Soares, imitando a reforma ocorrida no Grand Orient de France, em 10 de setembro de 1877. Desde aquele tempo, o Rito Moderno passou a ser elogiado por uns, que o qualificam, orgulhosamente, de adogmático e de agnóstico, mas tisonado por outros, que o acoimam de ateísmo! Essas duas antagônicas posições (nunca vistas nas análises feitas em outros Ritos) estão muito mal construídas sobre os frágeis alicerces de equívocos, e estes precisam ser desfeitos.

Definir é quase sempre muito difícil, mesmo que esteja em foco uma simples régua escolar de uso infantil. A dificuldade aumenta, quando buscamos definições pertinentes aos esfíngicos domínios das chamadas ciências especulativas, suscitadoras de infindáveis controvérsias. Todavia, este articulista, não podendo ficar silente, ousa enfrentar o desafio, afirmando que Dogma é uma proposição doutrinária, que seus seguidores consideram fundamental, imutável e indiscutível. Agnosticismo é uma corrente filosófica, dentro da qual só é aceito o que tiver evidência, de tal modo que, automaticamente, fica rejeitada toda a metafísica. O vocábulo foi criado, com indisfarçável ironia, pelo evolucionista inglês Thomaz Henry Huxley (1825/1895), contrapondo-se, assim, aos antigos gnósticos, místicos persas, que se consideravam conhecedores de uma sabedoria espiritual, só a eles revelada por uma Força Superior.

Ora, dizer que o Rito Moderno é adogmático configura um enorme truísmo, pois todos os Ritos do Grande Oriente do Brasil são adogmáticos, e não só o Rito Moderno, conforme preceitua, de modo límpido, a Constituição do referido Grande Oriente, elucidando, nos termos da cabeça de seu artigo 10, que a Maçonaria (e não exclusivamente o Rito Moderno, insista-se!) é progressista e evolucionista. Não se trata, portanto, de uma unilateral e inócua exegese elaborada por este articulista, pois os dois elogiáveis conceitos dimanam de um mandamento escrito naquela Carta Magna.

Quanto ao Agnosticismo, a referida Lei Maior do Grande Oriente do Brasil, no inciso I de seu artigo 2º, proclama a existência de um Princípio Criador, o Grande Arquiteto do Universo. Logo, em todos os Ritos da citada Potência Maçônica, entre os quais o Rito Moderno, não pode ser excluído o Grande Arquiteto do Universo, sob pena de inegável afronta ao referido e inequívoco preceito constitucional.

Não merecem aplausos os Irmãos do Rito Moderno (portanto, Obreiros do Grande Oriente do Brasil, pois já vimos que as Grandes Lojas Estaduais não adotam o citado Rito), quando, mediante vezo paradoxal, elevam comentários laudatórios ao Grand Orient de France. Ora, este último, apesar de muito antigo (aquela sua denominação passou a ser usada entre fins de 1772 e princípios de 1773) é irregular diante da tradicional Potência Maçônica brasileira, tanto quanto são irregulares a Loge Nationale Française, fundada em 1968 (que não possui o adjetivo Grande e que não pode ser confundida com a Grande Loge Nationale Française, fundada em 1913, a única Potência Maçônica francesa, que possui regularidade; a Grande Loge Traditionnelle et Symbolique-Opéra, fundada em 1958; a Grande Loge Mixte Universelle, fundada em 1973; a Grande Loge Féminine de Memphis-Misraim, fundada em 1965; a Grande Loge Mixte de France, fundada em 1982; a Grande Loge Féminine de France, fundada em 1945; a Grande Loge de France (outra que não pode ser confundida com a Grande Loge Nationale Française), fundada em 1894 e a Federation Française du Droit Humain, fundada em 1893.

Todavia, o próprio Grand Orient de France havia estatuído, em 5 de junho de 1865, que a Maçonaria, e não só a referida Potência Maçônica francesa, tem por princípio básico a crença em Deus. Mas, sobreveio a já focalizada reforma de 10 de setembro de 1877, que derogou aquele entendimento, projetando conseqüências no Rito Moderno do Grande Oriente do Brasil, a partir da já mencionada histórica Sessão do respectivo Grande Capítulo, realizada em 23 de junho de 1892.

O primeiro Ritual usado pelo Grande Oriente do Brasil, logo no ano de sua fundação (1822), quando ainda era Grande Oriente Brasileiro (primeira Ata), Grande Oriente Brasileiro (segunda Ata, mas não façamos confusão com o homônimo, que seria mais conhecido por "Grande Oriente do Passeio" e Grande Oriente Brasília (quinta Ata), e que só viria a ter sua denominação atual ao ser reinstalado (1831), era do Rito Moderno. Cedera-o a Loja "Comércio & Artes", do Rio de Janeiro, que o recebera do Grande Oriente Lusitano. Foi impresso em Lisboa, em tipografia e data ignoradas, especialmente para aquela Potência Maçônica portuguesa. Lá está escrito que o Candidato jurava perante o Grande Arquiteto do Universo (página 18).

Igualmente, o primeiro Ritual próprio (isto é, não cedido, ou seja, o primeiro Ritual feito especialmente para a referida Potência Maçônica brasileira) era do

Rito Moderno. Foi impresso na "Typographia Austral", do Beco dos Quartéis, nº 21, Rio de Janeiro, onde está escrito, em considerações introdutórias, que o Grande Arquiteto do Universo é Deus (página 7). Outrossim, constava Seu nome em outros quatro momentos, a saber: quando o Candidato prestava a imprescindível Obrigação (página 24); quando o Candidato era recebido Aprendiz Maçom (página 25); quando o Filiando ratificava o Compromisso (página 40), e, finalmente, quando era prestada a "Sétima Saúde", na parte denominada "Mesa de Banquete" (página 38). Ao comentar o Ritual ora em foco, no livro "Rituais Maçônicos Brasileiros", da Editora Maçônica "A TROLHA" Ltda., Londrina, Paraná, ano de 1996, página 31, este articulista acentuou: "O mencionado Ritual é o mais completo de todos os que, até hoje, foram impressos no Brasil. Não existe um, que se lhe possa comparar". Diante de tal relevância, é evidente que ele será analisado ao longo desta série, mediante o indispensável método comparativo.

O Ritual imediatamente posterior, do Rito Moderno, foi impresso em 1869, na "Typographia Universal de Laemmert", da Rua dos Inválidos, nº 63 B, Rio de Janeiro. O Candidato jurava ao Grande Arquiteto do Universo (página 31). Não se alegue que tenha havido um Ritual intermediário, impresso em 1857, na "Typ. do Comércio de Brito & Braga", da Travessa do Ouvidor, nº 14, Rio de Janeiro. Não! Esse, de 1857, não era Ritual. Era "Instrução do Gráo de Aprendiz do Rito Moderno". Em 1892, em face do já apontado Decreto nº 109, de 30 de julho daquele ano, o Grande Oriente do Brasil mandou imprimir o seu primeiro Ritual, sem o Grande Arquiteto do Universo (e sem outros pontos que até então constavam dos Rituais do Rito Moderno). Está escrito que ele, o citado Ritual de 1892, foi composto na "Imprensa Nacional", no Rio de Janeiro.

Mesmo sem ser movido pelo mesmo talento dos eruditos, este articulista assinala, respeitosamente, que tentará clarificar os mais contraditórios aspectos do assunto a ser tratado pela série que agora tem início.

CAPÍTULO II

No anterior Capítulo, vimos que, no Grande Oriente do Brasil, por força do límpido preceito contido na cabeça do artigo 1º, de sua Constituição, todos os Ritos são adogmáticos, e não só o Rito Moderno. Vimos, também, que, em consonância com o inciso I do artigo 2º, daquela referida Carta Magna, o Grande Arquiteto do Universo é o primeiro dos postulados universais da Instituição Maçônica, onde, indubitavelmente, está incluído o mencionado Rito. Infere-se, pois, que, para a citada Potência Maçônica, em consonância com o seu expresso mandamento constitucional, uma instituição que não tenha aquele primeiro postulado não será maçônica, tanto quanto não serão maçônicos os Ritos que ela abrigar. Sob a luz dessa lógica irrefragável, quem brandir evasivas em sentido contrário cairá pelo resvaladouro dos mais flagrantes sofismas.

É bem verdade que, atingidos pelo amargor das decepções, Obreiros do Rito Moderno, Rito que, sem a mínima dúvida, congrega expressivos intelectuais, não se conformam, quando visitam algumas (ou serão muitas?) Lojas do Rito Escocês Antigo e Aceito e presenciam cerimônias e pronunciamentos aberratórios, que mais se assemelham à apologia da superstição. Todavia, aquelas cerimônias e aqueles

pronunciamentos, que baixam às obscuras crenças jacentes em remotíssimos tempos, não constam dos Rituais do segundo mencionado Rito. São extravagâncias debitadas à conta dos que, deploravelmente, ousam praticá-las dentro de Templos Maçônicos!

No livro "Rituais Maçônicos Brasileiros", uma publicação da Editora Maçônica "A TROLHA" Ltda., Londrina, Paraná, edição de 1996, página 166, discorrendo sobre os propagadores das citadas extravagâncias, este articulista condenou:

Delirando, julgam-se ungidos por forças sobrenaturais, à semelhança dos mendazes sacerdotes de antanho, que, em seus propositados arquejamentos, afirmavam aos espavoridos e fiéis seguidores uma ligação íntima com a própria divindade.

Ainda estão lendo almanaques garatujados por leigos, onde a lógica não encontra guarida.

Podemos testificar a existência desses anacronismos no Rito Escocês Antigo e Aceito, do Grande Oriente do Brasil, sim, mas o seu maior número está no Rito Escocês Antigo e Aceito praticado alhures, porém dentro do nosso País, infelizmente, onde chega a existir (pelo menos em uma Loja) tentativa de imitação do primitivismo de práticas ritualísticas celtas. Entretanto, os Templos Maçônicos não podem ser confundidos com a Floresta dos Carnutos.

Quando, no citado livro, foram dirigidas acusações aos ocultistas, um Respeitável Irmão Leitor, que é um verdadeiro estudioso da Arte Real, manifestou, pela via epistolar, de maneira discreta e elevada, sua divergência, não quanto ao conteúdo da crítica, e sim quanto à forma agressiva de apresentá-la, argumentando que este articulista sempre mantivera uma linha de equilíbrio, então quebrada pela veemência dos vocábulos usados. A manifestação mereceu uma resposta, remetida também pela via epistolar, e, igualmente, de maneira discreta e elevada, tão elevada, que os justificativos pontos culminantes foram as oportunas transcrições de três irretocáveis ensinamentos ministrados por Ruy Barbosa, que, na condição de Parainfo, apresentou notável pronunciamento (lido pelo Professor Reynaldo Porchat, porque o renomado Autor não pôde comparecer, por estar com problemas de saúde) aos Acadêmicos de Direito do Largo de São Francisco, Turma de 1920, pronunciamento esse que, depois, viria a receber o significativo título de "Oração aos Moços":

1º) "Vede Jesus despejando os vendilhões do templo, ou Jesus provando a esponja amarga no Gólgota. Não são o mesmo Cristo, esse ensangüentado Jesus do Calvário e aqueloutro, o Jesus iroso, armado, o Jesus do látigo inexorável? Não serão um só Jesus o que morre pelos bons, e o que açoita os maus?"

2º) "Nem toda a ira, pois, é maldade, se, as mais das vezes, rebenta agressiva e daninha, muitas outras, oportuna e necessária, constitui o específico da cura."

3º) "Quando um braveja contra o bem que não entende, ou que o contraria, é ódio iroso, ou ira odienta. Quando verbera o escândalo, a brutalidade ou o orgulho, não é agrestia rude, mas exaltação virtuosa, não é soberba que explode, mas indignação que ilumina: não é raiva desaçaimada, mas correção fraterna. Então não somente não peca o que se irar, mas pecara não se irando."

Em síntese, à vista do exposto, segundo a lição de Ruy Barbosa, este articulista não peca, ao se irar ante as extravagâncias dos ocultistas, mas pecaria não se irando.

Ainda com referência ao Rito Escocês Antigo e Aceito, é indispensável que sejam apresentadas mais algumas observações. Por um lado (negativo) clama por condenação o uso das crendices que não estão escritas no Ritual, e, por outro lado (positivo) merecem louvores os sábios textos nele contidos. Especificamente dentro do Grande Oriente do Brasil, no mencionado Rito, em seu Ritual de Aprendiz, está escrito que o Segundo Vigilante fala ao Candidato sobre a libertação referente à ignorância, à superstição e ao erro, antes de o Primeiro Vigilante mencionar a repulsa a todo o despotismo e o mais fervoroso amor às instituições livres, cabendo ao Venerável Mestre finalizar as explicações, afirmando que não somos contra os governos ou autoridades, se justos, deixando implícito que somos contra os governos e contra as autoridades, quando injustos. Será que algum Obreiro, de quaisquer outros Ritos, conseguiria negar essas três enormes provas de adogmatismo, apresentadas pelo Rito Escocês Antigo e Aceito, do Grande Oriente do Brasil?

A digressão, agora concluída, é apenas aparente. Ela possui pertinência, pois comprovou que não é correto atribuir só ao Rito Moderno, unicamente ao Rito Moderno, a adoção de louváveis normas da grandiosidade do pensamento.

O anterior Capítulo e o presente, conjugados, tiveram obrigatórios desvios do roteiro basilar, com o entendível desiderato de mostrar que o Rito Moderno não é praticado nas Grandes Lojas Estaduais, que no Grande Oriente do Brasil a Constituição proclama (atingindo todos os Ritos, entre os quais o Moderno) ser o Grande Arquiteto do Universo o primeiro dos postulados da Instituição Maçônica, e que todos os Ritos praticados pela citada Potência são adogmáticos (e não só o Moderno).

A partir do próximo Capítulo, os comentários ficarão, exclusivamente, jungidos às comparações entre Rituais do Rito Moderno, só do Rito Moderno.

CAPÍTULO III

No Capítulo I da presente série, houve referência ao primeiro Ritual usado pelo Grande Oriente do Brasil (que só passou a usar essa atual denominação a partir de 23 de novembro de 1831). Ficou esclarecido, também, que o mencionado Ritual era do Rito Moderno, e que pertencia ao Grande Oriente Lusitano.

Trata-se, hoje, de uma peça raríssima, uma verdadeira preciosidade, em consonância com asserções exaradas por este articulista em seu livro "Rituais Maçônicos Brasileiros", da Editora Maçônica "A TROLHA" Ltda., Londrina, Paraná, edição de 1996, páginas 25/27.

Aquele citado Ritual preceituava que as paredes tinham a cor azul. A mesa do Venerável Mestre estava em cima de três degraus. Era triangular. Sobre ela, havia um Esquadro, um Compasso, um Malhete, uma Bíblia (Bíblia mesmo, sem as expressões Livro

Sagrado ou Livro da Lei) e uma luz. Não há qualquer esclarecimento sobre essa luz. É possível que fosse um candeeiro (lembremo-nos de que a luz elétrica só foi concretizada, comercialmente, em 1879, graças à lâmpada com filamento incandescente, inventada por Thomaz Alva Edson, e a iluminação elétrica nas artérias públicas é posterior, pois adveio dos testes com a corrente alternada, feitos em 1888 pelo cientista austríaco Nicolau Testa). Por cima do Trono (a Cadeira) do Venerável Mestre, sob o Dossel, estavam as duas luminárias, com o Sol à esquerda, e a Lua à direita, considerando-se a posição de quem entra no Templo e olha para o Oriente. Entre ambas as referidas luminárias, estava o Delta Místico (triângulo com o olho de Hórus).

Também no Oriente, o Orador e o Tesoureiro ficavam do lado em que estava o Sol já vimos onde. O Secretário e o Chanceler ficavam do lado em que estava a Lua (também já vimos onde).

Tanto quanto ocorre hoje, os Vigilantes, os Expertos, o Mestre-de-Cerimônias e o Guarda Interno (que, agora, recebe, simplesmente, o nome de Cobridor) ficavam no Ocidente.

O Primeiro Vigilante ficava junto à Coluna "B", à direita de quem entra no Templo. O Segundo Vigilante ficava junto à Coluna "J". Essas posições estavam invertidas (contrariando os textos bíblicos atinentes ao Templo de Salomão, ou seja, o Templo de Jerusalém em sua primeira fase) e invertidas permanecem (estamos focalizando o Rito Moderno).

Aos Respeitáveis Irmãos Leitores que não tenham maiores informações sobre as referidas Colunas, sob o ângulo histórico, não maçônico, este articulista recomenda, com a devida vênia, dois magistrais livros pertinentes ao assunto:

"Old Testament Commentary", de William Foxwell Albright (estudiosos consideram-no o maior biblista de todos os tempos) e "A History of Israel", de Theodore Robinson. Há elucidativas reconstituições feitas por Howland-Garber, Chipiez, De Vogue, Stevens-Wright e o surpreendente Watzinger (o único pesquisador a afirmar que as Colunas Gêmeas estavam dentro do Templo de Salomão!).

O Primeiro e o Segundo Expertos ficavam um pouco à frente das mesas triangulares do Primeiro e do Segundo Vigilantes, respectivamente. Aquelas posições dos Expertos não foram alteradas. As mesas dos Vigilantes continuam a ser triangulares. Porém, existe, atualmente, um Terceiro Experto, localizado perto do Primeiro Vigilante, à sua esquerda.

O Mestre-de-Cerimônias ficava sobre a imaginária linha do equador (sim, apenas imaginária, mas aqui citada para fins de localização), isto é, na mesma linha em que ficava o Venerável Mestre, porém do lado oposto (é claro). Essa posição foi bastante modificada, conforme veremos, oportunamente, quando comentarmos o vigente Ritual.

Dois eram os Cobridores, que, todavia, não tinham essa denominação, e sim as denominações de Guarda Interno e de Guarda Externo. O primeiro ficava junto à porta. O segundo ficava na então denominada "Câmara dos Passos Perdidos", à semelhança de sentinela, rigidamente sem assistir aos Trabalhos.

Os Aprendizizes, os Companheiros e os Mestres (presume-se que a referência seja aos Mestres desprovidos de cargos) tinham a cabeça descoberta. Está escrito, no Ritual ora em exame, que "todos os demais usavam chapéu" (presume-se que a referência seja aos Mestres providos de cargos).

A Cerimônia de Abertura dos Trabalhos era relativamente simples. O Primeiro Experto verificava a existência de ambas as coberturas, a externa e a interna. Depois disso, o Primeiro Vigilante verificava se todos os Irmãos estavam em ordem e à ordem. Em seguida, respondendo a uma pergunta do Venerável Mestre, o citado Vigilante afirmava que a reunião tinha o propósito de elevar Templos à Virtude e cavar masmorras ao vício. Respondia-lhe, também, qual era a sua idade e qual era o horário em que começavam os Trabalhos (idade e horário que todos os Maçons conhecem). Imediatamente após, o Venerável Mestre convidava todos os Irmãos à ajuda na mencionada Abertura, e, fazendo o sinal de Aprendiz, aplaudindo pela batida do Grau e dando uma batida no Altar, com o Malhete, declarava que estavam abertos os Trabalhos. Simultaneamente, os demais Irmãos faziam o mesmo referido sinal e os mesmos referidos aplausos. Depois que ambos os Vigilantes, repetindo as palavras do Venerável Mestre, faziam a mesma declaração que este último fizera, os demais Irmãos sentavam-se.

O ato imediatamente posterior consistia na leitura da Ata, sobre cuja redação era concedida a palavra, para as eventuais correções. Quem as quisesse fazer, pedia permissão e, ao obtê-la, do Venerável Mestre, falava de pé e à ordem. Havendo ou não havendo correção a ser feita, e desde que não existissem dúvidas ou desde que as eventuais dúvidas existentes fossem resolvidas, não se verificava, nunca, um procedimento informal. Ao contrário disso, os Irmãos ficavam de pé e à ordem, unidos ao Venerável Mestre, mediante aplausos, comprobatórios de aprovação.

CAPÍTULO IV

No final do anterior Capítulo, vimos que, no primitivo Ritual usado pelo Grande Oriente do Brasil, ou seja, o Ritual português, do Rito Moderno, do Grande Oriente Lusitano (hoje uma peça verdadeiramente raríssima!), havia formalidade na aprovação da Ata. Só após a referida aprovação, entravam, com ortodoxia, os Visitantes (o focalizado Ritual usa o vocábulo Visitadores, que é tão correto quanto Visitantes).

Os andamentos relativos às Sessões Ordinárias (Expediente, Ordem do Dia, Tronco de Solidariedade e Palavra a Bem da Ordem) não existiam. Aplicavam-se os Usos e os Costumes. Aquele Ritual era destinado, unicamente, às Sessões Magnas de Iniciação (há, ainda, Rituais europeus que seguem essa mesma norma de exclusividade, omitindo, pois, o trans- correr das Sessões outras).

Depois de encerradas as formalidades pertinentes aos Visitantes, o Venerável Mestre acentuava que o Candidato (declarando, qual o seu nome) havia sido aprovado, por unanimidade (infere-se, portanto, que não eram feitas Iniciações, onde a aprovação fosse por maioria, diversamente do que ocorre hoje, em todos os Ritos do

Grande Oriente do Brasil, consoante preceitua o artigo 22, do RGF, permitindo até duas esferas negras, se ocorrer a possibilidade prevista no "caput" do mencionado artigo).

Apesar de já existir aprovação, por unanimidade (repita-se), o Venerável Mestre concedia a palavra, para que houvesse eventual pronunciamento sobre algum motivo impeditivo da efetiva admissão do Candidato. Está escrito que, se houvesse alguma oposição, ela seria objeto de discussões. Havendo ou não havendo qualquer pronunciamento, era indispensável que existisse votação, e se ela fosse positiva, o Candidato receberia um papel, para que escrevesse o seu nome, a sua idade, o seu estado civil, a sua profissão, a sua religião e os deveres do homem perante Deus (lembremo-nos de que estamos focalizando um Ritual do Rito Moderno) e os deveres do homem perante a Pátria e perante si mesmo.

Dadas as respostas, o Candidato entregava os metais, que eram recebidos pelo Mestre-de-Cerimônias e entregues ao Venerável Mestre. Depois, ele era vendado. O braço esquerdo, o peito esquerdo e o joelho direito ficavam descobertos. No pé esquerdo levava chinelo. Após as batidas irregulares, a identificação e as tradicionais perguntas e respostas, eram abertas as portas, e o Primeiro Vigilante fazia ao Venerável Mestre a apresentação daquele que pedia para ser recebido Maçom.

Após lhe fazer perguntas e apresentar objeções às suas respostas (se fosse o caso, é óbvio), o Venerável Mestre explicava ao Candidato que este passaria por "experiências indispensáveis", que necessitavam de coragem, e se lhe viesse a faltar aquele atributo, ele poderia retirar-se. Na hipótese de haver o prosseguimento da Cerimônia, se o então ouvinte estivesse mesmo atento às palavras a ele dirigidas, não deixaria que ficasse em branco a expressão "estas provas são todas misteriosas e emblemáticas ("misteriosas", com "y", conforme a grafia original).

Na Primeira Viagem, o Primeiro Experto (andando para trás) pegava nas duas mãos do Candidato, fazendo-o caminhar (a partir do Ocidente, pela Coluna do Norte) ao Oriente, retomando, pela Coluna do Sul, ao ponto inicial. Durante o percurso, o Ar era agitado com um leque ou objeto outro, para que produzisse vento. Ao ouvir do Segundo Vigilante (só do Segundo Vigilante) que estava terminada aquela Viagem, o Venerável Mestre pedia ao Candidato que apresentasse considerações sobre o que havia notado. Quaisquer que fossem as considerações, o Venerável Mestre dizia que aquela Viagem (muita atenção, meus Respeitáveis Irmãos Leitores, porque vereis que, sem o conhecimento do ora focalizado Ritual, do Rito Moderno, não conseguiríamos saber qual a verdadeira origem de várias passagens, que vemos no Rito Escocês Antigo e Aceito, seja o do Grande Oriente do Brasil, seja o das Grandes Lojas Estaduais(!), no Rito Adonhiramita e no Rito Brasileiro) era o "emblema da vida humana: o tumulto das paixões, o choque dos diversos interesses, a dificuldade das empresas, os obstáculos que multiplicam sobre vossos passos concorrentes empenhados em vosso desgostar, tudo isto é figurado pelo ruído e fragor que ferirão vossos ouvidos, pela desigualdade da estrada que passaste". ("dificuldade", com "fl", "empresas", com "z", e "multiplicação", em lugar de "multiplicam", tudo segundo a grafia original)

A Segunda Viagem era percorrida menos lentamente. Ouviam-se tinidos de espadas. Quando retomava ao Ocidente, ao ter feito o mesmo trajeto anterior, tinha o Candidato o braço nu mergulhado em um vaso cheio de Água, depois de os Vigilantes

(agora, ambos os Vigilantes) anunciarem que aquela Viagem havia sido feita. O Venerável Mestre repetia a pergunta da Primeira Viagem, e, novamente, qualquer que fosse a resposta dada, afirmava (muita atenção, mais uma vez, meus Respeitáveis Irmãos Leitores, pelo mesmo apontado motivo):

"Estes tinnidos d'armas que vós ouvistes no curso desta viagem, figurão os combates que o homem virtuoso deve estar de contínuo obrigado a sustentar para triunfar dos ataques do vício". (novamente, conforme a grafia original)

Este articulista abrirá o próximo Capítulo descrevendo a Terceira e última Viagem. Sim, a última Viagem, porém do ora descrito Ritual, pois a série prosseguirá, mediante comentários sobre outros Rituais, sempre do Rito Moderno (o de 1837, o de 1892 e o vigente) com algumas surpresas, exigindo a constante atenção dos Respeitáveis Irmãos Leitores.

CAPÍTULO V

Abrindo este comentário, ainda continuaremos a focalizar o velho Ritual do Grande Oriente Lusitano (do Rito Moderno, não nos esqueçamos), impresso no Século XIX (em ano e tipografia ignorados), cuja descrição iniciamos no Capítulo III desta mesma série (exemplar nº 207 de "A TROLHA", janeiro de 2004). Sua relevância histórica está no fato de ter sido o primeiro Ritual usado pelo Grande Oriente do Brasil. Quanto à sua relevância ritualística, o julgamento fica jungido à apreciação de cada um dos Respeitáveis Irmãos Leitores, que irão vendo a fonte de onde dimanaram alguns (ou não serão só alguns?) dos preceitos e das práticas ainda hoje vistos nas Iniciações, em quatro dos seis Ritos usados no Grande Oriente do Brasil, não obstante as modificações ocorridas no final do Século XIX e em todo o Século XX, principalmente no próprio Rito Moderno. No que tange às inegáveis projeções sobre as Grandes Lojas Estaduais, voltaremos ao assunto, oportunamente.

Tanto quanto nas anteriores Viagens, era o Primeiro Experto quem, por ordem do Venerável Mestre, conduzia o Candidato durante a Terceira (e última). Mas, nesta, os passos eram mais livres, à semelhança da marcha de um passeio. Agitavam-se chamas provenientes de uma tacha. Quando o Candidato retomava ao Oriente, os Vigilantes anunciavam o término da citada Viagem. Em seguida, o Venerável Mestre elucidava que as re-feridas chamas representavam o complemento da purificação. Sim, a purificação pelo Fogo.

Acertadamente, concluída cada uma das Viagens, antes de apresentar suas elucidativas palavras, o Venerável Mestre pedia o pronunciamento do Candidato.

Em seguida, com indisfarçável desiderato de natureza psicológica, era mencionada uma prova de sangue, que não se concretizava. Bastava a aquiescência

daquele que possuísse, realmente, o firme escopo de ser Maçam. Mantendo tal firmeza, ele era submetido ao Cálice da Amargura, que lhe apresentava o Mestre-de-Cerimônias. Torna-se necessário, agora, que sejam feitas duas observações aos Respeitáveis Irmãos de outros Ritos, mas de outros Ritos que adotem a Cerimônia concernente ao referido Cálice (Cerimônia essa que não é mais adotada pelo Rito Moderno, desde a re- forma determinada pelo Decreto nº 109, de 30 de julho de 1892, do Grande Oriente do Brasil, conforme já vimos no Capítulo I desta mesma série, exemplar nº 205 de "A TROLHA", novembro de 2003).

Primeira observação: aquela Cerimônia ocorria posteriormente às Viagens.

Segunda observação: só havia a bebida amarga, considerada o emblema dos desgostos inseparáveis da vida humana, unicamente adoçados pela resignação aos decretos da Providência, segundo a exegese apresentada pelo Venerável Mestre.

Encerrada a apresentação da referida exegese, o Primeiro Experto conduzia o Candidato ao Altar do Venerável Mestre. Todos os Obreiros ficavam de pé e à ordem, empunhando suas Espadas. O Candidato ajoelhava-se joelho direito) em um coxim, segurando, com a mão esquerda, um Compasso aberto sobre o peito nu (lado esquerdo) e colocando a mão direita sobre a Espada que estava sobre aquele Altar (e cuja presença o Ritual omitiu, ao fazer a descrição do Templo!). Naquele momento, o Venerável Mestre colocava a mão esquerda, aberta, em cima da mão direita do Candidato, que, então, prestava Juramento perante o Grande Arquiteto do Universo.

Mais tarde, o vocábulo Juramento foi substituído por Obrigação e por Compromisso. Todavia, quaisquer que fossem os vocábulos adotados, nunca deixou de ser uma solene promessa, que, durante vários anos, continuou a ser prestada no Altar (mais tarde, passou a ser denominado Mesa, unicamente Mesa) do Venerável Mestre.

Ao longo de quarenta e quatro anos (especialmente nos últimos trinta e oito), este articulista vem examinando muitos Rituais, sempre com o critério que os estudos exigem. Aqui, só para o caso concreto, foram reexaminados os de 1833 ("Typographia de Seignot-Plancher & Cia", Rua do Ouvidor, nº 95, Rio de Janeiro); 1834 (mesma referida tipografia); 1837 ("Typographia Austral", Beco dos Quartéis, nº 21, Rio de Janeiro); 1869 (Typographia Universal de Laemert", Rua dos Inválidos, nº 63-B, Rio de Janeiro); 1892 ("Imprensa Nacional"; não consta o endereço); 1924 ("Typ. Paulista", Rua da Assembléia, cuja grafia era, então, Assembleia, nºs 56 e 58, São Paulo - SP); 1927 ("Egibsa", Rua Sacadura Cabral, nº 63, Rio de Janeiro); 1937 ("Typ. da Casa Vallelle", Rua do Carmo, nº 65, Rio de Janeiro); 1949 ("Tipografia e Papelaria Cerbino", Rua Visconde do Uruguai, nº 394, Niterói, Rio de Janeiro); 1952 ("Papelaria e Tipografia Vallelle", Rua do Carmo, nº 63, Rio de Janeiro); 1962 (não há referência à tipografia, pelo menos na edição que este articulista possui); 1967 ("Editora Sousa Marques Ltda." , Rua Nerval de Gouveia, nº 401-409, Rio de Janeiro) e 1970 ("Companhia Editora Americana" , Rua Visconde de Maranguape, nº 15, Rio de Janeiro), e em todos eles (os citados) a focalizada promessa continuou a ser prestada no Altar (depois denominado Mesa, unicamente Mesa conforme já foi visto) do Venerável Mestre.

Entretanto, o Ritual de 1983 ("Editora Gráfica Grande Oriente do Brasil", sem declaração de endereço) determinava que a promessa, denominada Obrigação, fosse prestada no Altar dos Compromissos, portanto não mais na Mesa do Venerável Mestre. Altar? No Rito Moderno? Quase cem anos após a reforma de 1892? Sim, Altar! Na parte referente à descrição do Templo, estava escrito que sobre aquele Altar (um móvel que não existia nos outros aqui citados Rituais) estavam as Três Grandes Luzes da Maçonaria: o Livro da Lei, o Compasso e o Esquadro (na posição do Grau). Em nota de rodapé, proveniente de um asterisco, constava que o Livro da Lei era a Bíblia (afirmação muito estranha, realmente muito estranha, em um Ritual do Rito Moderno, editado em 1983!) e que o mencionado Livro deveria estar sobre o Altar dos Compromissos. Entre parênteses, o texto mostrava que a diretriz era uma exigência feita pelo Capítulo II, inciso III, letra "h", da Constituição do Grande Oriente do Brasil. Todavia, aquela nota de rodapé distorcia a verdade! Estava em vigor, no Grande Oriente do Brasil, a Carta Magna de 1981, que, na parte denominada "Dos Princípios Normativos do Grande Oriente do Brasil", Capítulo II, inciso III, letra "h", não estabelecia que o Livro da Lei fosse a Bíblia, nem usava da expressão Altar dos Compromissos. É certo que fazia menção ao Livro da Lei, mas sem conceituá-lo. Quanto ao móvel no qual o Candidato apresentava sua promessa, o aludido texto constitucional usava da expressão Altar dos Juramentos, sobre o qual deveriam estar as já referidas Três Grandes Luzes da Maçonaria.

No Ritual de 1999 é usada a expressão Triângulo dos Compromissos. Com referência ao Livro da Lei, o citado Ritual entende (no momento em que o Candidato vai apresentar sua solene promessa) que aquele Livro seja a "regra da moral maçônica". Assim mesmo, aquele entendimento não constitui um conceito objetivo, ou seja, não define qual o Livro que deverá ficar, juntamente com o Esquadro e com o Compasso, sobre o Triângulo dos Compromissos. Quanto à Constituição do Grande Oriente do Brasil, de 1991, na parte denominada "Dos Princípios Gerais da Maçonaria e dos postulados universais da Instituição", Capítulo I, artigo 2º, inciso VIII, ela exige a manutenção das já referidas Três Grandes Luzes da Maçonaria, sem mencionar que elas sejam colocadas em um móvel, bastando que estejam "sempre à vista", e sem mencionar qualquer definição sobre o Livro da Lei.

CAPÍTULO VI

Continuaremos, durante o presente Capítulo, a descrever o velho e historicamente importante Ritual do Rito Moderno, do Grande Oriente Lusitano.

Prestado o Juramento (descrito com pormenores, no anterior Capítulo), o próprio Candidato pedia que lhe fosse concedida a Luz (mais tarde, a partir da reforma do focalizado Rito, determinada pelo Decreto nº 109, de 30 de julho de 1892, do Grande Oriente do Brasil, o pedido passou a ser feito pelo Primeiro Vigilante, até hoje). Dois Irmãos (o Ritual não exigia que eles tivessem cargos), portando "cachimbos compostos com resina", produziam chamas no momento em que ao Candidato era retirada a tarja de pano sobre os olhos. A existência daquelas peças era devida ao fato de não existir, ainda, luz elétrica, que só foi concretizada comercialmente em 1879, graças à invenção da lâmpada de filamento elétrico (conforme já ressaltamos no Capítulo III).

Recebida a Luz, o Candidato ouvia a interpretação apresentada pelo Venerável Mestre, sobre as Espadas apontadas contra o primeiro, que, em seguida, ia, pela segunda vez, ao Altar do Venerável Mestre, onde era recebido e constituído Aprendiz Maçom, com a fórmula de invocação ao Grande Arquiteto do Universo (os Respeitáveis Irmãos, que não leram anteriores Capítulos, poderão estar em dúvida sobre a referida invocação dentro do Rito Moderno, mas, lendo-os, mesmo que de modo extemporâneo, terão' afastadas as eventuais dúvidas).

Concluído o ato, o novo Maçom, depois de recolocar seu traje completo, recebia do Mestre-de-Cerimônias a lição referente aos passos de Aprendiz, com os quais era conduzido, outra vez, ao Oriente, para receber, do Venerável Mestre, o Avental, símbolo do trabalho, e um par de luvas. Tanto quanto continua a ser afirmado hoje, as luvas eram destinadas à mulher que o Neófito mais estimasse. Sempre com o devido respeito às possíveis opiniões divergentes, este articulista entende que o texto não tem a necessária clareza. Se todos os Neófitos sempre fossem solteiros; sempre tivessem mãe viva; nunca tivessem irmãs, a entrega das luvas seria óbvia. Mas, nos casos em que o Neófito for casado; viver em perfeita harmonia com a dedicada esposa; receber o ilimitado amor de sua mãe; tiver o afeto de suas irmãs e de suas filhas, ficaria prejudicado o uso do vocábulo mais, e seriam necessários vários pares de luvas! Esse texto é bastante antigo. Não há certeza do ano em que ele foi redigido. Sabemos, porém, que já existia em 1817, pelo menos. Portanto, no mínimo, ele já completou cento e oitenta e sete anos (estamos em 2004). Não teria chegado o momento de modificá-lo?

Após transmitir o Sinal, o Toque, a Palavra de passe e a Palavra anual (sim, era anual) ao novo Maçom, o Venerável Mestre determinava ao Mestre-de-Cerimônias que conduzisse o primeiro ao Ocidente, para ensiná-lo a trabalhar na pedra bruta. Os ocultistas, com o anacronismo de suas superstições, pretendem tisonar a magnífica Simbologia de nossa Ordem, usando, invariavelmente, o ferrete dos ignaros, em detrimento do hialino cristal das lentes dos autênticos exegetas. Por isso, com os olhos fixos em suas miragens, eles, os ocultistas, nunca dissertam sobre a grandiosidade caracterizadora do trabalho a ser feito naquela pedra. É assunto que lhes não interessa. Jamais o mencionam. Trata-se, porém, de um simbolismo, que, pela sua relevância, exige ininterrupta ênfase. Se o Iniciado for pessoa que não esteja, previamente, agrilhoada pelas credices do ocultismo, receberá o fulgor da Luz Maçônica e, com esse recebimento, poderá ver, sem qualquer turvação, que a Maçonaria tem uma Simbologia própria. Assim, ele terá condições de entender quão importante é a alegoria contida naquele trabalho, permitindo-lhe desbastar, conscientemente, as saliências da mencionada pedra, para que esta, mais tarde, possua a simetria de um cubo e o brilho de uma jóia lapidada.

Depois que o Mestre-de-Cerimônias terminava o referido ensinamento, era determinado, pelo Venerável Mestre, aos Vigilantes, que convidassem todos os Irmãos ao reconhecimento do Aprendiz, aplaudindo sua Iniciação. Imediatamente, o Mestre-de-Cerimônias pedia a palavra e devolvia os aplausos, juntamente com o Neófito, instruindo-o para isso. Em seguida, os aplausos eram cobertos. Conduzido ao seu lugar (o mesmo de hoje, isto é, na Coluna do Norte), pelo Mestre-de-Cerimônias, o Neófito ouvia um pronunciamento do Orador. Concluído o pronunciamento, o Segundo Vigilante acompanhava (no texto específico, não é usado o verbo conduzir, mas sim acompanhar) o

novo Maçom ao Painel (que ficava no chão), e, com a ponta da Espada, ia explicando os respectivos Símbolos.

Na última parte do Ritual, havia uma instrução, em três páginas, com perguntas e com as respectivas repostas já prontas. Não está explicado quem fazia as perguntas nem quem dava as respostas. Só existiam as letras P. (referente à pergunta) e R. (referente à resposta). Era dessa maneira, sem explicações outras, que o Ritual descrevia o encerramento da referida Sessão.

Iniciaremos, no próximo Capítulo, comentários sobre outro Ritual. Pelo título da presente série, não é necessário salientar qual o Rito. Entretanto, convém esclarecer que os mencionados comentários serão sobre o primeiro Ritual, próprio, do Grande Oriente do Brasil. Imprimiu-o, em 1837, a "Typographia Austral", do Beco de Bragança, nº 15, Rio de Janeiro.

CAPÍTULO VII

No anterior Capítulo, encerramos os comentários pertinentes ao primeiro dos Rituais usados pelo Grande Oriente do Brasil. Vimos, reiteradamente (a reiteração é um eficiente método didático), que não era um Ritual próprio, mas sim um Ritual pertencente ao Grande Oriente Lusitano. Que era do Rito Moderno, nem seria mais necessário repetir. Trata-se de um simples excesso de zelo. Havia sido impresso em Lisboa, em data e em tipografia ignoradas, mas antes de 1814, sem a mais remota dúvida, porque, naquele ano, era já usado pela Loja "Commércio & Artes", do Rio de Janeiro, que viria a cedê-la, em 1822, ao Grande Oriente do Brasil, quando este foi fundado.

No presente Capítulo, iniciaremos a análise do primeiro Ritual, próprio, do Grande Oriente do Brasil. Era do Rito Moderno. Imprimiu-o a "Typographia Austral", situada no Beco de Bragança, nº 15, Rio de Janeiro.

Entretanto, estando aberto o assunto, este articulista pede a devida vênua aos Respeitáveis Irmãos Leitores para fazer "uma digressão, pois crê ser oportuno assinalar que, antes de o Grande Oriente do Brasil possuir aquele mencionado Ritual, já existiam cinco (5) Rituais impressos em nossa Pátria, todos eles pela "Typographia Seignot-Plancher & Cia.", situada na Rua do Ouvidor, nº 95, Rio de Janeiro.

O primeiro daqueles outros Rituais é de 1833 e do Rito Moderno, um trabalho organizado pelo Ir. (então Padre e, depois, Cônego) Januário da Cunha Barbosa e pelo Ir. Hypólito José da Costa Furtado de Mendonça.

O segundo é de 1834, igualmente, do Rito Moderno, uma iniciativa particular da mencionada tipografia.

O terceiro é de 1834, do Rito Escocês Antigo e Aceito, outra iniciativa particular da mencionada tipografia.

O quarto também é de 1834 e também do Rito Escocês Antigo e Aceito, talvez por encomenda feita pelo chamado "Supremo Conselho de Montezuma" (que teve muitas denominações oficiais, desde sua fundação oficial até hoje).

O quinto também é do Rito Escocês Antigo e Aceito, por encomenda do Grande Oriente Brasileiro, que era mais conhecido por "Grande Oriente de Santo Antônio", primeiramente, e por "Grande Oriente do Passeio" (não o confundamos com o Grande Oriente do Brasil). Santo Antônio e Passeio eram nomes de artérias públicas onde aquela Potência Maçônica esteve localizada.

Encerrada a digressão, passemos à específica análise do citado primeiro Ritual, próprio, do Grande Oriente do Brasil. Já vimos que ele era do Rito Moderno e já vimos quando e em que tipografia ele foi impresso.

No livro "Rituais Maçônicos Brasileiros", impresso pela Editora Maçônica A TROLHJ Ltda., de Londrina, Paraná, edição de 1996, exatamente na página 31, ao descrever o mencionado Ritual, teceu-lhe este articulista merecidos e irrestritos elogios. Nele, há um muito interessante Calendário, com as correspondentes explicações. Há um misterioso Alfabeto (sempre um assunto apaixonante, passível de inúmeras inesgotáveis controvérsias). Há ensinamentos sobre: o modo de entrar em Loja, a recepção aos Visitantes, as Estrelas, o modo de bater os Malhetes, os aplausos, os agradecimentos, a Cadeia de União e a magnífica Loja de Banquete, com sete Saúdes.

Existe menção ao Átrio e à Sala dos Passos Perdidos (alguns Respeitáveis Irmãos mais novos imaginam que ambos os locais sejam um mesmo e único).

A Câmara de Reflexão (o singular, desusado, deve ser preferido) é pormenorizadamente descrita. Do que está escrito, com referência à citada Câmara, naquele ora analisado Ritual, só existe hoje, no vigente, o pão, a água, um esqueleto, cadeira, caneta e papel. As inscrições eram seis, o mesmo número atual, porém completamente diferentes das que agora existem.

As paredes do Templo tinham cortinas azuis. Sobre o Altar do Venerável Mestre havia um Compasso, sem referência ao Esquadro, uma Espada, os Estatutos da Ordem (?) e um Maço. Sim, está escrito Altar, e não Mesa, porque a reforma do Rito Moderno só viria a ocorrer em 23 de junho de 1892 e confirmada pelo Decreto nº 109-GOB, de 30 daquele mês. O Altar e o Trono (sabemos que o Trono é só a Cadeira do Venerável Mestre) estavam situados em um estrado, ao qual se subia por três degraus. Existia o Dossel, que era azul, com franjas prateadas. Ao fundo, na parede do Oriente, estava o Sol (à direita de quem olhava, portanto à esquerda do Venerável Mestre) e estava a Lua, em sentido oposto. Essas posições ficavam exatamente ao contrário das existentes no anterior Ritual do Grande Oriente Lusitano. Entre o Sol e a Lua ficava o Delta Radiante.

As Colunas Gêmeas, da ordem arquitetônica Coríntia (a mais bela de todas, com suas ornamentadoras folhas de acanto, a simbolizar a Beleza) não seguiam as posições vistas no texto bíblico, pois estavam invertidas, tanto quanto nos Rituais posteriores, até o vigente. Era já assim, erroneamente, no Ritual do Grande Oriente Lusitano. No fuste da Coluna da direita de quem, da Entrada, olhava para o Oriente, estava

a letra "B". Ao seu lado havia um cubo de pedra lavrada. No fuste da Coluna da esquerda estava a letra 'T'. Ao seu lado havia uma pedra tosca.

Quanto à designação das Jóias e dos assentos, no Oriente ficava o Venerável Mestre (um Compasso aberto, em noventa graus, entrelaçado com um Esquadro). Também no Oriente, à direita, seguindo-se o já exposto critério visto no parágrafo anterior, ou seja, à esquerda do Venerável Mestre, ficava o Orador (um Círculo). Ainda no Oriente, do lado esquerdo, ou seja, à direita do Venerável Mestre, ficava o Secretário (duas penas em aspas).

No Ocidente, ficavam todos os outros membros da Administração, a seguir enumerados. Começamos pela Entrada, rumo à direção oriental:

Junto à Coluna "B" ficava o Primeiro Vigilante (um Nível). Ao lado, à sua direita, ficava o Arquiteto (uma colher de pedreiro) e à sua esquerda ficavam o Primeiro Experto (uma Espada) e, um pouco depois, mas, ainda, à esquerda do Primeiro Vigilante, o Mestre-de-Banquetes (um semicírculo).

Junto à Coluna "J" ficava o Segundo Vigilante (um Prumo). Do seu lado direito ficava o Segundo Experto (também uma Espada, o mesmo símbolo do Primeiro Experto) e de seu lado esquerdo ficava o Terceiro Experto (também uma Espada, o mesmo Símbolo dos outros dois Expertos).

CAPÍTULO VIII

Uma exaustiva pesquisa efetuada na preciosíssima Biblioteca do Ir.: Kurt Prober (o Mestre que não perdeu a surpreendente lucidez, apesar de já haver completado 95, sim 95 anos de idade), aliada às elucubrações exigidas por documentos próprios, colecionados ao longo de muito tempo, alguns doados por aquele Professor de Maçonaria, e as reflexões projetadas pelos corolários de tais estudos, cujo desiderato é o da eventual elaboração de um livro, que, se concretizado, será publicado pela Editora Maçônica "A TROLHA" Ltda., fizeram com que este articulista ficasse afastado, durante alguns exemplares, das páginas desta expressiva Revista, retardando a organização do presente Capítulo, no qual passa a ser feita a descrição pertinente às Jóias e aos assentos dos Oficiais, de acordo com o Ritual do Rito Moderno de 1837. Já vimos, no anterior capítulo, que esse foi o primeiro Ritual, próprio, do Grande Oriente do Brasil. Imprimiu-o a "Typographia Austral", situada no Beco de Bragança, nº 15, Rio e Janeiro.

Falta mencionar as Jóias e os assentos do Tesoureiro, Hospitaleiro, Chanceler, Mestre-de-Cerimônias, e Cobridor.

Levando em conta a direção Ocidente/Oriente, o Tesoureiro (duas chaves) ficava no final da Coluna do Sul. Possuía mesa. Diante dele ficava o Mestre-de-Cerimônias (um triângulo) e à sua esquerda (isto é, à esquerda do Tesoureiro) ficava o Chanceler (o selo da Loja).

O Hospitaleiro (uma bolsa) ficava no final da Coluna do Norte, levando em conta a mesma direção já citada. O Cobridor (uma Espada, isto é, a mesma Jóia dos três Expertos, que vimos no anterior Capítulo) ficava junto à Porta! dentro ou fora? O Ritual não elucida!). Assinale-se que só havia um Cobridor.

Após o texto concernente à Abertura dos Trabalhos, constava o modo pelo qual era apresentado um Candidato, de cuja proposta deveriam estar seu nome completo, sua residência, seu local de nascimento, sua idade e sua profissão. O Venerável Mestre fazia a leitura da proposta, sem indicar o nome do Candidato. Depois, escolhia três comissários (três sindicantes, diríamos hoje) que não fossem Aprendizes nem Companheiros, para a coleta de informações. Cumprida a missão dos comissários, que não tinham seus nomes revelados.

As informações eram colocadas na correspondente bolsa. Feita a leitura pelo Venerável Mestre, se as informações fossem favoráveis, a proposta era submetida à apreciação da Loja. Após as conclusões do Orador, corria o escrutínio secreto. Na hipótese de que houvesse uma só esfera negra, o Candidato estava aprovado (já vimos, em Capítulo outro, que no Ritual do Grande Oriente Lusitano era exigida unanimidade).

Oportunamente, o Candidato era conduzido à Câmara de Reflexão, onde respondia, por escrito, a três perguntas sobre os deveres do homem probó (do homem probó, note-se) diante de si mesmo, diante de seus semelhantes e diante da Pátria. Lembremo-nos de que estamos a descrever um Ritual de 1837, portanto apenas quinze anos após a Proclamação da Independência do Brasil.

No momento de sair da citada Câmara, o Candidato ficava com os olhos cobertos com uma tarja. Ficavam descobertos a cabeça, o peito do lado esquerdo, o braço esquerdo, e o joelho direito. O pé esquerdo ficava sem sapato, substituído por chinelo. Despojavam- no de todas as peças que fossem de metal. Era dessa maneira que ocorriam sua condução à porta do Templo, seu ingresso e o desenvolvimento cênico da Iniciação, até que a Luz lhe fosse concedida. No ínterim, o Venerável Mestre lhe fazia algumas perguntas, ao final das quais o advertia de que seria submetido a provas indispensáveis e o tornava sabedor de que, se lhe faltasse coragem suficiente para suportá-las, lhe seria lícito retirar-se. Em seguida, o Venerável Mestre elucidava que as provas eram misteriosas e emblemáticas, exortando o Candidato a prestar-lhes toda a atenção que lhe fosse possível. Indubitavelmente, aquela exortação será sempre atual, sempre imprescindível e sempre merecedora da nossa infundável análise, por maior que seja o nosso discernimento e por mais alto que seja o estágio maçônico ao qual já tenhamos chegado.

CAPÍTULO IX

Tendo já focalizado as duas primeiras Viagens constantes do Ritual do Rito Moderno de 1837, do Grande Oriente do Brasil, focalizaremos agora, no presente Capítulo, a terceira e última.

A última Viagem, na qual não havia o tinir de Espadas, era feita com passos largos, mas sem precipitação. Uma tocha era agitada diante do Candidato. Vendado como estava, ele não podia vê-la (obviamente!) mas lhe sentia a presença, em face do notório calor que as labaredas produziam. Concluído o percurso, era o Segundo Vigilante quem, com um golpe de Malhete, fazia o respectivo anúncio. O Venerável Mestre elucidava que o fogo, complemento da purificação, deveria acender o amor diante dos semelhantes e que o Candidato nunca se deveria esquecer da moral contida no preceito de que não se deve fazer a outrem o que não desejamos que nos seja feito. Considerando que só estavam terminadas as Viagens e que ainda havia muito para terminar a Cerimônia, o pronunciamento que dimanava do Trono da Sabedoria era por este mesmo interrompido, com uma clássica pergunta:

"Persistis, Senhor?" Presume-se que a resposta fosse positiva.

No ato subsequente, o Venerável Mestre asseverava ao Candidato que uma das virtudes que os Maçons mais prezavam era a beneficência.

Sem dúvida, a caridade, a terceira das denominadas virtudes teológicas, é uma evidente prova de sensibilidade. Mas, deixemos o ano de 1837, ainda que seja por um momento, e voltemos ao presente, para que examinemos a atual (estamos em outubro de 2004) Constituição do Grande Oriente do Brasil, cujo artigo 1º, "caput", preceitua que a Maçonaria possui quatro escopos, e um deles é filantrópico. Porém, nas ações caritativas, é imperiosa a existência de cautela, para que solertes aproveitadores não ludibriem aqueles que são movidos pelo nobre sentimento de ajudar o próximo. Existiam e continuam a existir os que colaboram com instituições e os que preferem atos individuais. Há Maçons e Profanos que, isoladamente, prestam inestimáveis auxílios àqueles que são materialmente desfavorecidos. Há Lojas e associações filantrópicas que se dedicam com notável ardor a esse mister. Porém, reconheçamos que ao tempo em que o mencionado Ritual foi impresso, em 1837 (repita-se), era mais fácil (ou menos difícil) realizar caridade. Nos dias atuais, a denominada explosão demográfica gerou múltiplos óbices, fazendo com que o empirismo, outrora aceitável no âmbito da filantropia, hoje esteja a exigir, quando os atos caritativos forem prestados de maneira não individual, técnica administrativa muito bem coordenada, sob pena de protetores e protegidos trilharem as labirínticas veredas do malogro. O assunto é inesgotável e suscetível de infindáveis controvérsias. No entanto, regressemos àquele pretérito Ritual. Quando o Candidato era indagado sobre sua disposição de praticar a caridade, o objetivo da indagação era o de perquirir se ele possuía o alto sentimento da solidariedade humana.

O ora focalizado Ritual do Rito Moderno, de 1837, do Grande Oriente do Brasil, copiou, quase inteiramente, o de 1834, do Grande Oriente Brasileiro (que viria a ser mais conhecido por "Grande Oriente do Passeio", e os Respeitáveis Irmãos Leitores já tomaram conhecimento, nesta mesma série, do porquê dessa denominação), também do Rito Moderno, e este, o segundo citado Ritual, ou seja, o do Grande Oriente Brasileiro, de 1834, era uma cópia do Ritual do Grande Oriente Lusitano, igualmente do Rito Moderno, já objeto de explanação nesta mesma série, em consonância com os Capítulos III (janeiro de 2004, páginas 20/21), IV (fevereiro de 2004, páginas 20/21), V (março de 2004, páginas 18/19) e VI (abril de 2004, páginas 17/18). Todavia, propositadamente, este articulista não mencionou, deixando para agora, uma importante observação:

Quem estuda os Rituais, sob o ângulo comparativo-cronológico, pode verificar a existência de supressões e de acréscimos. O fato seria plenamente entendível, se movido fosse por impostergáveis clamores ditados pela evolução nos férteis campos das idéias e dos progressos científicos. Entretanto, nem sempre (ou quase nunca!) são esses clamores que geram a iniciativa de suprimir e de acrescentar.

No caso concreto, o(s) nosso(s) Respeitável(is) Irmão(s) que copiou(aram) o texto escrito no mencionado Ritual do Grande Oriente Lusitano suprimiu(ram) uma lição notável pelo seu realismo. De fato, o citado Ritual português orientava o Candidato, asseverando-lhe que a caridade cessaria de ser uma virtude, quando feita em prejuízo dos mais sagrados deveres para com a própria família, e que, antes de cumprir aqueles primeiros deveres, não mereceria elogios quem se mostrasse caritativo. Essa rude franqueza, digna de admiração, por ser a antítese da hipocrisia no uso de expressões apenas teóricas, é aplicável não só aos ingênuos, mas, também, aos que praticam a caridade por mera ostentação.

Retornemos ao Ritual do Grande Oriente do Brasil, do Rito Moderno, de 1837. Depois das considerações referentes à beneficência, o Venerável Mestre interrogava o Candidato sobre a "prova de sangue". Após dar a resposta, ele ouvia a correspondente interpretação sobre tal prova. Concluída a exegese, o Venerável Mestre determinava ao Mestre-de-Cerimônias que apresentasse ao Candidato o "Cálice da Amargura". Acompanhando a norma ditada pelo Ritual do Grande Oriente Lusitano, a cena ocorria após as Viagens, e não havia o contraste entre o amargor e a doçura. Só havia a bebida amarga. Sobre essa bebida, ainda que cause surpresa, a explicação, vocábulo por vocábulo, era a mesma que viria a ser copiada pelos Rituais do Rito Escocês Antigo e Aceito, neles permanecendo, até hoje, juntamente com muitas e muitas outras explicações, seja no Grande Oriente do Brasil, seja nas Grandes Lojas Estaduais, apesar de que estas últimas não adotam o Rito Moderno. Fazendo uma pausa, este articulista elucida que o primeiro Ritual do Rito Escocês Antigo e Aceito do Grande Oriente do Brasil foi impresso em 1857 na "Typographia Delta", da Rua do Cano, nº 165, Rio de Janeiro, e que os três primeiros das Grandes Lojas Estaduais (Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo) foram impressos no mesmo dia, em 1928 (note-se: 1928 e não 1927) na "Typographia Delta", da Rua Dias da Cruz, nº 129, Rio de Janeiro.

Todos os Obreiros ficavam de p. e à o., empunhando suas Espadas, no momento em que o Candidato, conduzido pelo Mestre-de-Cerimônias, ia ao Altar do Venerável Mestre, ajoelhava-se (joelho direito) sobre um coxim, colocava a mão direita sobre a Espada que ficava no citado Altar, e, usando a mão esquerda, encostava um Compasso, com uma ponta romba, sobre o peito. O texto não descreve aquela Espada, de modo que não se sabe se era comum, igual às que os Obreiros portavam, ou se era uma peça com diferentes características, a lembrar o seu próprio escopo ritualístico, bem diferente do representado por aquelas outras Espadas.

O Venerável Mestre, colocando a mão esquerda sobre a mão direita do Candidato, pedia-lhe que este fosse repetindo um Juramento, na presença do Grande Arquiteto do Universo. Sim, é verdade que está em foco um Ritual do Rito Moderno. Porém, não nos esqueçamos de que a reforma do mencionado Rito, no Brasil, só viria a ocorrer cinquenta e cinco anos depois, por determinação do Decreto-GOB nº 109, de 30

de julho de 1892. É claro que, oportunamente, serão feitas considerações sobre o referido Decreto. Mas, antes é indispensável que sejam concluídas as atinentes ao citado Ritual de 1837.

CAPÍTULO X

Concluído o Juramento, o próprio Candidato, ensinado, em voz baixa, pelo Segundo Vigilante (sim, pelo Segundo Vigilante), respondendo a uma básica pergunta formulada pelo Venerável Mestre, pedia que lhe fosse concedida a Luz (a partir da reforma de 1892, a Luz passou a ser pedida pelo Primeiro Vigilante, até hoje). Imediatamente, retiravam-lhe a tarja de pano, até então a lhe cobrir os olhos, para que visse as chamas provocados por tochas agitadas diante dele. Lembremo-nos de que em 1837 não havia luz elétrica (aliás, sobre essa inexistência, este articulista já ressaltou no Capítulo III e repetiu no Capítulo VI, ambos desta mesma série, que a luz elétrica só foi concretizada em 1879, graças ao filamento da lâmpada incandescente, inventada por Thomaz Alva Edson e que a iluminação elétrica nas artérias públicas é posterior, pois adveio dos testes com a corrente alternada, feitos em 1888 pelo cientista austríaco Nicolau Testa). Após o recebimento da Luz, o Candidato ouvia as explicações pertinentes ao sentido das Espadas contra ele então apontadas. Terminadas as explicações (mais ou menos iguais às de hoje, no sentido, mas não nas palavras) ministradas pelo Venerável Mestre, este determinava ao Mestre-de-Cerimônias que conduzisse, novamente, o Candidato ao Altar, no qual repetia o Juramento e era recebido e constituído Aprendiz-Maçom (à glória do Grande Arquiteto do Universo e em nome do Grande Oriente do Brasil), no momento em que sobre sua cabeça o Venerável Mestre colocava a correspondente Espada, após dar três pancadas sobre o Compasso e exortar o Recipiendário a aprender, com a justeza daquele citado instrumento, a dirigir o coração ao Bem. Dando seqüência ao Ato, o Venerável Mestre dava o ósculo fraternal (substituído, em 1892, pelo tríplice abraço, que passou a ser dado pelo Mestre-de-Cerimônias, até hoje) ao Iniciado, que, pela primeira vez, na Maçonaria, era chamado de "Meu Irmão".

Que nos chamemos de Irmãos, é significativo, mas não basta, se assim não nos sentirmos. É deplorável que alguns Maçons (só alguns, a minoria, felizmente!) não consigam entender a grandiosidade caracterizadora do amor fraternal. Indubitavelmente, conquanto devamos repelir subserviências, conservando intacta nossa personalidade (e nossas idéias, salvo se formos convencidos da existência de equívocos nossos, é claro), aquele amor deve ser cultivado e cultuado por todos. Este articulista pode apresentar o seu próprio depoimento, pois já foi agraciado com alentadoras provas de verdadeira fraternidade. Mas, em sentido contrário, ainda que pareça inconcebível, já teve o constrangimento de enfrentar inconformismo e rancor, só pelo fato de ser proprietário de um valiosíssimo documento maçônico (o inconformismo e o rancor seriam decuplicados, se o rancoroso e inconformado conhecesse a extensão do acervo documental maçônico, particular, deste articulista!) Ainda sobre o assunto, exsurge uma pergunta: não será a ausência de amor fraternal a geradora de potências dissidentes?

Porém, deixemos o hibridismo da Psicologia, com seu fascínio e com suas decepções. Voltemos ao nosso tema.

O Neófito (já Neófito, e não mais Candidato), depois de recolocar o seu traje completo era apresentado, pelo Mestre-de-Cerimônias, por ordem do Venerável Mestre, ao Primeiro Vigilante (agora a referência é mesmo ao Primeiro Vigilante) para que lhe ensinasse os passos de Aprendiz. Em seguida, ia ao Oriente para receber, do Venerável Mestre (na reforma de 1892, a entrega coube ao Mestre-de-Cerimônias, porém, mais tarde e até hoje, passou a ser feita pelo Primeiro Experto) o Avental e dois pares de luvas, sendo um par masculino e um par feminino (a reforma de 1892 suprimiu o par masculino, e sua entrega passou a ser feita pelo Mestre-de-Cerimônias, até hoje), juntamente com as explicações provenientes do Trono da Sabedoria, explicações essas que são as vistas no anterior Ritual do Rito Moderno, do Grande Oriente Lusitano (conforme Capítulo VI desta mesma série) e permanecem as mesmas. Posteriormente àquelas explicações, o Venerável Mestre ensinava o Sinal de Ordem, o Toque, a Palavra Sagrada, a Palavra de Passe (também aqui, não houve alteração no conteúdo, mas o ensinamento passou a ser feito pelo Primeiro Experto, a partir da reforma de 1892, até hoje), prometendo a transmissão da palavra semestral, que lhe seria dada oportunamente (o Neófito ainda não conhecia a Cadeia de União). A Constituição do Grande Oriente do Brasil, então em vigor, era a de 1885, impressa na "Typographia de Pereira Braga & Cia", Rua do Ouvidor, nº 29 e 29-A, Rio de Janeiro. Não consta, do focalizado Ritual de 1873, que ela fosse entregue ao novo Maçom.

Por ordem do Venerável Mestre, o Mestre-de-Cerimônias conduzia o Neófito ao Ocidente, apresentando-o aos Vigilantes (aqui, na descrição apresentada em todo este parágrafo, a reforma de 1892 conservou alguns trechos, porém introduziu várias modificações, que, sem falta, serão vistas oportunamente, pois sua extensão não cabe no presente Capítulo) a fim de que lhes desse o Sinal, o Toque, a Palavra Sagrada e a Palavra de Passe. Cabia ao Segundo Vigilante ministrar a lição pertinente ao trabalho na Pedra Bruta. Cumprida a significativa tarefa, o Neófito ficava de pé e à ordem, entre os Vigilantes, que, ouvindo o Trono da Sabedoria, convidavam todos os Obreiros ao reconhecimento do novo Maçom e aos aplausos à sua Iniciação. O Mestre-de-Cerimônias pedia a palavra em nome do Neófito e, depois de ensiná-lo a agradecer, retribuía, com ele, os aplausos, que eram cobertos por todos os Obreiros

Conduzido ao seu lugar pelo Mestre-de-Cerimônias, o novo Maçom ouvia o pronunciamento especialmente a ele dirigido pelo Orador, sobre assunto de natureza moral e sobre a interpretação dos Símbolos. Os Visitantes recebiam agradecimentos. Se tempo houvesse, o Venerável Mestre ministrava uma Instrução ao recente Aprendiz.

Encerrados os trabalhos, o Venerável Mestre formava a Cadeia de União.

Em 1º de setembro de 1868, quando estavam esgotados os exemplares do aludido Ritual (não nos esqueçamos de que a referência é ao Ritual do Rito Moderno, de 1837, do Grande Oriente do Brasil), o Grande Capítulo dos Ritos Azuis (que englobava os Ritos Moderno e Adonhiramita) requereu ao Ir. Alexandre José de Mello Moraes, Grande Secretário do Grande Oriente do Brasil, as necessárias providências, a fim de que fosse impressa uma nova edição, feita no ano seguinte, ou seja, em 1869, pela "Typographia Universal de Laemmert", Rua dos Inválidos, nº 63-B, Rio de Janeiro. Foram mantidos o Juramento e as demais menções ao Grande Arquiteto do Universo.

É absolutamente indispensável acrescentar que, igualmente do Rito Moderno, em 1833, havia sido impresso, pela "Typographia de Seignot-Plancher" (Seignot e Plancher eram Maçons), Rua do Ouvidor, nº 95, Rio de Janeiro, um "Cathecismo e Regulamento Geral do Gráo de Aprendiz". Mas, não se tratava de um Ritual, propriamente dito. Não havia apresentação de seqüência ritualística. Tratava-se de um manual de instruções. Pertencia à Loja "Commércio e Artes", que deixara o Grande Oriente do Brasil em 6 de maio daquele mesmo ano de 1833, filiando-se ao Grande Oriente Brasileiro, "do Passeio" (retomando, no entanto, à tradicional Potência Maçônica em 18 de janeiro de 1883, apesar de ser discutível tratar-se verdadeiramente da mesma primitiva Loja). Também não era Ritual, de acordo com o seu próprio título, a "Instrucção do Gráo de Aprendiz do Rito Moderno", impressa em 1857, por iniciativa particular, na "Typographia do Commércio de Brito & Braga", Rua do Ouvidor, nº 14, Rio de Janeiro.

Em 5 de junho de 1865, o "Grand Orient de France" havia estabelecido ser a crença em Deus o princípio básico da Maçonaria. Entretanto, em 10 de setembro de 1877, a aludida Potência Maçônica derogou aquele entendimento e expungiu o Grande Arquiteto do Universo, recebendo, por isso, da "United Grand Lodge of England", o qualificativo de irregular (qualificativo que é seguido por todas as Potências que possuem o reconhecimento maçônico inglês, entre as quais está o Grande Oriente do Brasil). A este articulista, particularmente, parece que, em nossa Pátria, alguns (ou serão muitos?) Obreiros do Rito Moderno ignoram a existência de tal irregularidade.

Em 23 de junho de 1892, sob a iniciativa do influente Ir.: Henrique Valadares, Grande Secretário do Grande Oriente do Brasil (General, que, em 1893, chegaria a ser Prefeito do Rio de Janeiro, graças à amizade com o Marechal Floriano Vieira Peixoto, Vice-Presidente da República, mas no exercício da Presidência, em face da renúncia do Marechal Manoel Deodoro da Fonseca), o Grande Capítulo do Rito Moderno (o já referido Grande Capítulo dos Ritos Azuis deixara de existir, pois o Rito Adonhiramita passara a ter o seu próprio Capítulo dos Cavaleiros Noaquitas, fundado em 24 de abril de 1873) aprovou um novo Ritual, adotando a reforma feita pelo Grand Orient de France. Desde então, cessaram, no Rito Moderno, o Juramento e as menções ao Grande Arquiteto do Universo, até hoje.

Vimos, pressurosamente, de modo apenas parentético, só algumas das muitíssimas alterações introduzidas por aquele então novo Ritual, aprovado pelo Decreto nº 109, de 30 de julho de 1892, do Grande Oriente do Brasil. Maiores e imprescindíveis comparações, diante do vigente (este artigo é escrito em novembro de 2003), aprovado pelo Decreto nº 252, de 12 de maio de 1999, da mencionada Potência Maçônica, começarão a ser feitas no próximo Capítulo.

CAPÍTULO XI

Antes do prosseguimento do tema objeto da presente série, é indispensável que sejam feitos uma correção e três esclarecimentos.

A correção é pertinente ao fato de, no anterior Capítulo, constar, erroneamente, por um desacerto de linhas gráficas, que o primeiro Ritual do Rito Escocês Antigo e Aceito, do Grande Oriente do Brasil, foi impresso na "Typographia Delta", da Rua do Cano, nº 165, Rio de Janeiro. Porém, a empresa gráfica impressora do citado Ritual, em 1857, foi a "Typographia Austral", localizada, esta sim, naquele referido endereço. A "Typographia Delta", localizada na Rua Dias da Cruz, nº 129, Rio de Janeiro, imprimiu, em 1928, ou seja, no ano seguinte ao da histórica cisão maçônica brasileira, os três primeiros Rituais das modernas Grandes Lojas, a da Bahia, a do Rio de Janeiro (não confundir com a do Estado do Rio de Janeiro, que ainda não existia) e a de São Paulo. Fica, pois, corrigido o equívoco.

Os três esclarecimentos referem-se a um trabalho não muito claro, de um Resp.: Irm.:., publicado recentemente. Quando há falta de clareza, ela pode ser atribuída a eventuais óbices que embarcam um autor, ao exprimir suas idéias. Entretanto, é possível, também, que exista, em alguns casos, o deliberado propósito de confundir, em proveito próprio ou até em proveito de terceiro. Essas duas últimas hipóteses não ocorreram no caso concreto, felizmente!

Para o primeiro esclarecimento, é imperioso asseverar que, naquela publicação, apesar da boa-fé de seu subscritor, ele redigiu com eiva anfibológica, de modo que, enganosamente, pareceram pertencer-lhe pesquisas que, em verdade, foram feitas por este articulista, cujo nome consta, sim, daquele trabalho dúbio, mas de modo sibilino, com uma certa distância do texto específico. Isto posto, com o objetivo de evitar que se cristalizem dúvidas, consigne-se que é deste articulista, unicamente deste articulista, a autoria da elucidação do fato de o Ir.: Barão Théodore Henry de Tschoudy, escritor, em 1766, na França, de "L'Estoile Flamboyante" ("A Estrela Flamejante", diríamos no idioma português) e o Irm.: Louis Guillemain de Saint-Victor, escritor, entre 1781 e 1782, também na França, de "Recueil Precieux de La Maçonnerie Adonhiramite" ("Coleção Preciosa da Maçonaria Adoniramita" ou "Adonhiramita", com "h" intermediário, se aceitarmos o galicismo usado pela Maçonaria em nosso País), serem duas pessoas, de modo que não estará certo quem expuser que se trate de uma só, e que a denominação Barão de Tschoudy, pertencente ao primeiro citado, seria apenas o título nobiliárquico pertencente ao outro.

Para o segundo esclarecimento, é imperioso asseverar que é deste articulista, unicamente deste articulista, a elucidação de que o Cerimonial do Acendimento de Velas é originário do Rito de Schröder, e não do Rito Adonhiramita, que só adotou aquele Cerimonial mais tarde.

Para o terceiro esclarecimento, é imperioso asseverar, ainda, que é deste articulista, unicamente deste articulista, a denúncia do erro de ser chamado de Rito de York, no Brasil, um dos sistemas usados pela Maçonaria britânica, e, mais, a elucidação do porquê de tal erro e, finalmente, a elucidação de que "Emulation" é nome de um dos Rituais usados pela citada Maçonaria, e não o nome de um Rito.

Feitas a correção do equívoco e dissipação das obscuridades, podemos iniciar o desenvolvimento do presente Capítulo.

Mesmo que não queiramos o cometimento de rodeios perifrásticos, não podemos deixar de admitir que, na elaboração de um trabalho seriado, a referência a Capítulos anteriores, quando se está iniciando outro, é eficaz método didático, pois conserva intacto o fluxo da exposição dissertativa. De acordo com o próprio título, esta série é dedicada ao Rito Moderno. Já descrevemos o Ritual do Grande Oriente Lusitano, impresso em Lisboa, em tipografia e data ignoradas, e elucidamos que só pode ter sido antes de 1815. Depois, fizemos brevíssima referência ao Ritual de 1834, impresso na "Typographia Seignot e Plancher", da Rua do Ouvidor, nº 95, Rio de Janeiro, por iniciativa particular da referida tipografia. Em seguida, comentamos o Ritual de 1837, do Grande Oriente do Brasil, impresso na "Typographia Austral", do Beco de Bragança, nº 15, Rio de Janeiro, e fizemos rápida alusão ao Ritual de 1869, impresso na "Typographia Universal de Laemert", da Rua dos Inválidos, nº 63-B, do Rio de Janeiro. Também, já salientamos que, mais tarde, por força do Decreto nº 109, de 30 de julho de 1892, o Grande Oriente do Brasil excluiu do Rito Moderno o Grande Arquiteto do Universo e o Altar dos Juramentos, ao aprovar um novo Ritual daquele Rito, editado naquele mesmo ano, ou seja, em 1892, na "Imprensa Oficial", no Rio de Janeiro (não consta o nome da artéria pública), sob a influência da reforma ritualística empreendida pelo "Grand Orient de France" em 10 de setembro de 1877. Porém, não foram essas as únicas modificações.

No presente Capítulo, começaremos a estabelecer algumas comparações entre aqueles Rituais antigos (estamos incluindo o Ritual do Grande Oriente Lusitano, por ter sido o primeiro a ser usado em nosso País, pelo menos de que se tenha notícia) e o Ritual vigente (este Capítulo é escrito no começo de outubro de 2004) do Grande Oriente do Brasil, aprovado pelo Decreto nº 252, de 12 de maio de 1999 (assinado pelo Soberano Grão-Mestre Ir.: Francisco Murilo Pinto, que, no denominado mundo profano, era Desembargador, já sob aposentadoria, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo).

Os RResp.: Irm.: que estão dando os primeiros passos nos arcanos da Maçonaria, e até mesmo os mais antigos, que não tiveram acesso às respectivas fontes históricas, poderão imaginar que o Rito Moderno possui gênese diversa da constante de outros Ritos, por não acolher o Grande Arquiteto do Universo e demais assuntos a Ele relacionados, direta ou indiretamente. Mas, todos os interessados em Ritualística e que estão acompanhando esta série já viram que o Rito Moderno, proveniente da França, nasceu jungido à espiritualidade (muito cuidado com este discutível vocábulo, que derivou do hebraico (este adjetivo não leva acento) "ruach", originalmente significando "sopro", que deu origem ao grego "pneuma", que deu origem ao latino "spiritus"). Quem está acompanhando esta série já viu que a invocação ao Grande Arquiteto do Universo, depois de haver sido confirmada pelo "Grand Orient de France", em 5 de junho de 1865, recebeu a rejeição determinada por aquela mesma Potência Maçônica, mediante a reforma de 10 de setembro de 1877, e que, em nosso País, tal reforma ocorreu (mas, só ocorreu no Rito Moderno) por força do Decreto nº 109, de 30 de julho de 1892, do Grande Oriente do Brasil (assinado pelo Grão-Mestre e Soberano Grande Comendador, então interino, Ir.: Antônio Joaquim de Macedo Soares, que viria a ser eleito em 30 de agosto e empossado em 12 de setembro de 1892, e que, no denominado mundo profano, era Ministro do Supremo Tribunal Federal), aprovando o Ritual impresso naquele ano, em trabalho gráfico da "Imprensa Nacional" (sim, "Imprensa Nacional", apesar de ser muito estranho!).

Façamos as prometidas comparações.

No Ritual do Grande Oriente Lusitano, tanto quanto no de 1834 (iniciativa particular da "Typographia Seignot e Plancher") e nos do Grande Oriente do Brasil de 1837, de 1869 e de 1892, as Colunas Gêmeas estavam em posições invertidas (e permanecem até hoje, no Rito em foco e, igualmente, assim estão nos Ritos Adonhiramita e Brasileiro) e seus capitéis eram ornamentados pelo estilo coríntio, dois equívocos já ressaltados muitas vezes em trabalhos da lavra deste articulista, entre os quais, com pormenores, no Capítulo III da série denominada "Introdução ao Rito Adonhiramita", exemplar de julho de 2002 de "A TROLHA", até com esclarecimentos sobre a primitiva tradução da Bíblia para o idioma grego, para o idioma latino e para as duas primeiras traduções no idioma português. Indubitavelmente, a Maçonaria faz uso de tais Colunas inspirando-se nas que estavam no Templo de Salomão. Essa assertiva é incontrovertível, em decorrência dos próprios nomes que figuram no denominado Velho Testamento (J... e B...). Mas a prova de que os capitéis das Colunas Gêmeas do Templo de Salomão não possuíam o estilo coríntio é testificada pelo fato de que o referido estilo foi usado pela primeira vez no Monumento de Lisícrates, em Atenas, uns seiscentos anos, aproximadamente após o Templo de Salomão. Aproveitemos esta oportunidade e façamos a afirmação de que, no denominado mundo profano, os mais antigos exemplos de Colunas Gêmeas estão em ruínas egípcias de Tebas e de Heliópolis, de onde esse uso passou para a Assíria, primeiro, e para a Fenícia, depois. De acordo com afirmação feita, por este articulista, escrevendo, há pouco tempo, alhures, sobre tais Colunas, não nos esqueçamos de que foi um bronzista fenício, tírio especificamente, cujo nome é muito familiar aos Mestres Maçons, quem fez as célebres Colunas (e mais peças de bronze) do Templo de Salomão. Ainda há outros notáveis exemplos de ruínas de Colunas Gêmeas na Antigüidade Oriental e até mesmo em terras centro-americanas. Neste segundo exemplo, é surpreendente o que se vê no Templo dos Guerreiros Maias em Chichen-Itzá, descoberto pelo arqueólogo norte-americano Edward Herbert Thompson, na atual Guatemala. No primeiro exemplo, merece destaque o Túmulo de Amintas IV, rei da Macedônia, ao tempo da civilização grega na Turquia.

Quanto à invertida posição das Colunas Gêmeas, já vimos que o erro permanece até hoje, no Rito Moderno (e já vimos que, igualmente, esse erro é adotado pelos Ritos Adonhiramita e Brasileiro). Só houve mudança nos capitéis (do Rito Moderno) que passaram ao estilo egípcio-babilônico. Que estilo egípcio-babilônico? Nas reconstituições do Templo de Salomão, feitas, no denominado mundo profano, por abalizados pesquisadores, tais capitéis possuem o estilo proto-jônico ou fenício-cipriota.

Para que estes Comentários não sejam feitos de maneira pressurosa, é necessário apontar que, no vigente Ritual (ou seja, no Ritual de 1999 do Rito Moderno), antes da parte concernente à descrição do Templo, há algumas considerações sobre as quais não é possível ficar em silêncio, sob pena de censurável omissão. No entanto, este espaço gráfico chegou ao fim, forçando o adiamento da opinião deste articulista, sobre aquelas considerações, para a abertura do próximo Capítulo.

CAPÍTULO XII

No presente Capítulo, faremos algumas considerações sobre a introdução constante do Ritual de 1999 do Rito Moderno, do Grande Oriente do Brasil.

Ao analisar aquela introdução, verifica-se que é hialino o seu escopo de colocar o Rito Moderno acima dos outros Ritos, cujos Maçons não teriam o atributo de pensar livremente, e a Maçonaria seria considerada, por aqueles outros Ritos, uma Ordem Mística (segundo o desacertado conceito visto em tal introdução). Depois, está escrito que a Maçonaria Francesa tem padrões racionais e científicos. Diante do exposto, o focalizado texto deixa implícito que as outras Maçonarias não possuiriam os aludidos padrões. Porém, a qual das várias Maçonarias Francesas o texto estaria fazendo referência? Grand Orient de France? Loge Nationale Française? Grande Loge Nationale Française? Grande Loge Traditionnelle et Symbolique-Opera? Grande Loge Mixte Universele? Grande Loge Féminine de Memphis-Misraim? Grande Loie Mixte de France? Grande Loie de France? Federation Française du Droit Humain? ou Grande Loge Nationa/e Française? Saliente-se que esta última é, de todas as Potências Maçônicas francesas, a única que possui os reconhecimentos maçônicos internacionais da ortodoxia estabelecida pela "United Grand Lodge of England".

De modo surpreendente, na mesma introdução em foco, foi transcrita a tradução de resoluções tomadas, no Século XIX, pelo Grand Orient de France (agora a referência deixou de ser à Maçonaria Francesa, genericamente, mas apenas ao Grand Orient de France, de maneira específica), nos termos seguintes:

"O Rito Moderno mantém-se tolerante mente imparcial, ou melhor, respeitosamente neutro, quanto à exigência para os seus adeptos, da crença específica em um Deus revelado, ou Ente Supremo, bem como da categórica aceitação existencial de uma vida futura; nunca por contestante ateísmo materialístico, mas pelo respeito incondicional ao modo de pensar de cada Irmão, ou postulante." É inacreditável! Essas arguições não configuram paralogismos. Configuram indisfarçáveis sofismas. Demais disso, o transcrito conceito francês tem valor para o Grand Orient de France e para as Potências Maçônicas que lhe seguem as diretrizes, mas não é válido no âmbito do Grande Oriente do Brasil. Logo, não se justifica que em um de seus Rituais (o do Rito Moderno, de 1999) tenha sido feita aquela transcrição.

Em verdade, todos os Ritos do Grande Oriente do Brasil (entre os quais está incluído o Rito Moderno) devem respeito à sua Constituição, em cujo artigo 2º, inciso I, está escrito que é postulado universal da Instituição Maçônica (uma evidente referência à Maçonaria Universal, e não só à citada Potência Maçônica brasileira) "a existência de um princípio criador: o Grande Arquiteto do Universo". (E na cabeça do artigo 1º, entre considerações outras, está escrito que a Maçonaria "Proclama a prevalência do espírito sobre a matéria".)

Ao eventual argumento de quem pretenda fazer a defesa do citado texto, ou seja, do texto transcrito na mencionada introdução, alegando que os Maçons do Rito Moderno (tanto quanto os demais, de todos os Ritos) podem ter e expor suas concepções filosóficas pessoais, livremente, até mesmo defendendo conceitos emitidos pelo Grand

Orient de France, ainda que contrariem o referido postulado concernente à "existência de um princípio criador", responde-se que isso é possível, sim, desde que os divergentes defensores não pertençam à mencionada Potência Maçônica brasileira, porque haveria um notório paradoxo, se eles, pertencendo ao Grande Oriente do Brasil, pudessem colocá-lo em um plano secundário, com o visível desrespeito a um dos postulados escritos em sua Carta Magna.

Este articulista (que foi Iniciado em 11 de dezembro de 1959, no Grande Oriente do Brasil, de onde jamais saiu e que lhe concedeu os títulos de Benemérito e de Grande Benemérito e as condecorações Estrela da Distinção Maçônica e Cruz da Perfeição Maçônica) vem asseverando, e agora repete, que não é religioso, sendo pois insuspeito e, assim, está à vontade para tecer estas indispensáveis considerações. Não pretende forjar a apologia da crença no deus de um povo ou no deus de uma religião ou no deus feito à imagem e semelhança do homem ou no deus ao qual a arte das estátuas possa dar uma configuração material. Pretende que seja observado por todos os Rituais de todos os Ritos do Grande Oriente do Brasil (entre os quais está incluído o Rito Moderno) o inescusável respeito ao que estabelece a Constituição da citada Potência Maçônica, através de um de seus mandamentos. Esse mandamento preceitua (já vimos) que a crença na "existência de um princípio criador: o Grande Arquiteto do Universo" é um dos postulados universais da Instituição Maçônica.

Um Rito que faça a apologia do agnosticismo (quando não do ateísmo velado) não cabe no Grande Oriente do Brasil, e só poderia caber se a referida Potência reformasse a sua Constituição, expungisse as suas louváveis tradições e abrisse as suas rutilantes portas, permitindo que seus Templos fossem tismados pela nódoa da irregularidade maçônica.

Sem que desbordemos do assunto, há um episódio ilustrativo a ser aqui apresentado. Quando, em 26 de setembro de 1951, o Ir.: Kurt Prober, hoje próximo dos noventa e seis anos de idade e que, com sua extraordinária lucidez, continua sendo o eficiente Professor deste articulista, no difícilíssimo campo da História da Maçonaria, recebeu a Luz na Loja "União Escosseza" (segundo grafia original), do Rio de Janeiro - RJ, nº 105 do Grande Oriente do Brasil, Loja essa então do Rito Moderno, que ela havia adotado em 7 de janeiro de 1927 (mas, retornaria ao Rito Escocês Antigo e Aceito em 20 de julho de 1972), ajoelhou-se, colocou a mão direita sobre a Bíblia e fez juramento ao Grande Arquiteto do Universo. Não foi uma exceção. Tratava-se de uma regra seguida pela referida Loja (apesar de esta ser do Rito Moderno, consoante já ficou esclarecido, e, registre-se, apesar de não estar aquela regra escrita no Ritual então em vigor, que era o de 1949, impresso na "Tipografia e Papelaria Cerbino", da Rua Visconde do Uruguai, nº 394, Niterói - RJ). Em 1965, o referido historiador foi à Vereinigte Grossloge von Deutschland (Grande Loja Unida da Alemanha), com o objetivo de conseguir que ela reconhecesse o Grande Oriente do Brasil. O pedido alcançou êxito, pelo fato de o citado peticionário relatar, sem explicações outras, que, em sua Iniciação, prestou o mesmo juramento exigido pela aludida Potência Maçônica germânica, da qual ele passou a ser "Garante de Amizade", a partir de 20 de janeiro de 1966, permanecendo até 31 de dezembro de 1976.

Todavia, voltemos à analisada introdução, constante do Ritual de 1999 do Rito Moderno, do Grande Oriente do Brasil. Além do que já foi acentuado, seriam cabíveis

algumas outras considerações, por exemplo, em torno da referência que ela faz sobre "Modernos" e "Antigos" (assunto discutível, que exige sólida cultura histórico-maçônica) e sobre "As inversões das colunas" (contrariando a posição na qual elas estavam no primeiro Templo de Jerusalém, que, nesse e em alguns outros pontos, serviu de inspiração aos Templos da Maçonaria). Não obstante, observemos a última parte daquele texto, segundo o qual "O Rito Moderno não admite a limitação do alcance da razão, pelo que desaprova o dogmatismo e imposições ideológicas e, por ser racionalista, e portanto adogmático, propugna pela busca da Verdade, ainda que provisória e em constante mutação". Fica-se com a impressão (ou com a certeza?) de que o citado texto foi lavrado sob o total desconhecimento de que aqueles atributos não configuram um apanágio do Rito Moderno, mas sim de toda a Maçonaria, nos termos da cabeça e dos incisos I até X do artigo 1º da Constituição do Grande Oriente do Brasil, que são perfeitamente claros. Quanto ao vocábulo racionalista, o texto da citada introdução deve ter pretendido fazer referência a um dos modos de pensar, e não a um conjunto de sistemas filosóficos, onde estão incluídos o cartesianismo, o eleatismo, o platonismo e outros. Ou será que, na focalizada introdução, o vocábulo racionalista restringiu-se ao Iluminismo nascido na Inglaterra no Século XVII e desenvolvido na França durante o Século XVIII? Lembremo-nos de que Clemente de Alexandria e Orígenes, filósofos cristãos do Século III são considerados racionalistas, e, na escolástica, durante a segunda fase da Idade Média, houve a tentativa de harmonizar a razão e a fé.

Encerremos este Capítulo, transcrevendo o amplo e oportuno início da cabeça do artigo 1º da Constituição do Grande Oriente do Brasil, válido para todos os Ritos da referida Potência Maçônica: "A Maçonaria é uma instituição essencialmente iniciática, filosófica, progressista e evolucionista".

CAPÍTULO XIII

Preliminarmente, este articulista pede, com a devida vênia, que os Respeitáveis Irmãos Leitores vejam, ou revejam, o Capítulo XI (publicado na edição de dezembro de 2004). Assim, melhor será a compreensão deste, no qual não faremos referências aos endereços e aos nomes das tipografias nos quais foram impressos os Rituais que já começamos a examinar e que continuaremos examinando. Deixaremos de fazer referências a esses pormenores (que não possuem relevância ritualística, mas possuem inescusável valor histórico), pelo fato de tê-los apresentado, até exaustivamente, em Capítulos anteriores. Só não nos podemos esquecer de que estão em foco apenas Rituais do Rito Moderno (apesar das raras e breves menções comparativas diante de outros Ritos, quando isso for imprescindível), de modo que, para as correspondentes identificações, bastará que mencionemos só os anos em que eles foram impressos, fazendo exceção ao Ritual português do Grande Oriente Lusitano, pois lhe ignoramos a data certa, apesar de sabermos que ele é anterior a 1815, porque naquele ano era já usado pela Loja "Comércio e Artes", do Rio de Janeiro (que viria a ser a nº 1 do Grande Oriente do Brasil). Não se pode ficar sem mencioná-lo, por ter sido, ao que se saiba, o primeiro Ritual usado em nossa Pátria, e, sem dúvida, ele projetou inegáveis influências diretas e indiretas sobre Rituais posteriores, mesmo de outros Ritos.

Na difícil técnica de redigir, principalmente quando são analisados assuntos inesgotáveis, em trabalhos bem resumidos, cada situação pode exigir a seqüência de uma trilha. Até agora, nossas considerações apresentaram uma visão conjunta. Não obstante, de agora em diante, não por uma questão de estilística, mas para que seja alargada a compreensão de cada tópico, com escopo didático, melhor será que a análise dos quatro Rituais escolhidos por este articulista (o do Grande Oriente Lusitano e os do Grande Oriente do Brasil, estes de 1837, 1892 e 1999, todos do Rito Moderno) seja feita isoladamente, isto é, de um por um, mesmo que lhes intercalemos algumas remissões, quando indispensáveis. Primeiramente, só faremos a descrição do Templo. Após, com o mesmo critério, reiniciaremos a análise, examinando as três Viagens pertinentes à Iniciação. Poderíamos dizer que os doze anteriores Capítulos foram uma preparação imprescindível e que a partir do presente e mais os quatro posteriores, isto é, os quatro últimos Capítulos, faremos uma análise direta.

A descrição do Templo, de acordo com o Ritual do Grande Oriente Lusitano:

Não existiam maiores considerações em torno das características das Colunas Gêmeas, salvo quanto às suas letras iniciais, "B" e "J", e às suas errôneas posições, ao norte e ao sul, respectivamente, contrariando o Templo de Salomão. Infelizmente, essas posições invertidas continuam no Rito Moderno. Cabe salientar, apesar de estar em foco só o sublinhado Rito, que essa é, igualmente, a posição seguida por outros dois Ritos praticados no Grande Oriente do Brasil, o Adonhiramita e o Brasileiro (não adotados pelas Grandes Lojas Estaduais, tanto quanto não é adotado por elas o Rito Moderno). Com relação às citadas Colunas, este articulista reporta-se ao que foi visto na parte final do Capítulo XI, em face do que lá, com destaque, foi apresentado.

Os Vigilantes ficavam lado a lado. O Primeiro ao sul. O Segundo ao norte. Essas posições, tanto quanto já vimos com relação às Colunas, continuam até hoje (também, no Rito Adonhiramita). Sobre a mesa (era esse o vocábulo usado) de cada um dos Vigilantes havia "uma luz" (talvez fosse uma vela, pois luz elétrica só viria a ser concretizada, comercialmente, a partir de 1879, conforme este articulista já realçou em vários de seus Trabalhos) e um Malhete. Essas mesas eram triangulares (e assim continuam).

Os Expertos (não há esclarecimento sobre quantos eles eram) ficavam "ao pé dos VVig.:". O Orador, o Tesoureiro, o Secretário e o Chanceler ficavam no Oriente. Os dois primeiros ficavam ao norte. Os dois últimos ao sul. Não há outros esclarecimentos sobre eles. Presume-se, todavia, que cada um possuísse mesa.

O Guarda Interior ficava junto à porta do Templo. O Guarda Exterior ficava na "Câmara dos Passos Perdidos". Na opinião deste articulista, por uma questão de lógica, qualquer que seja a denominação que tenha o Guarda Exterior (Cobridor Externo, por exemplo), ele deve ficar, sempre, do lado de fora, não propriamente na Sala dos Passos Perdidos, mas no Átrio (dois locais que são confundidos, com alguma freqüência). Se ele não ficasse do lado de fora, estaria descaracterizada sua própria função.

O Mestre-de-Cerimônias situava-se no Ocidente. Porém, o Ritual é lacônico, ao assinalar: "em frente do Ven.: ". Realmente, faltou clareza, porque não ficou estabelecida qual era a distância. Mesmo sendo no Ocidente, seria mais perto do Oriente ou mais perto dos Vigilantes ou no centro do pavimento? Aliás, esta última denominação, isto é, pavimento, nem consta do Ritual ora em pauta, na descrição do Templo (páginas 1 e 2). Mas, na parte atinente à Iniciação, está escrito que, após o recebimento da Luz, o Segundo Vigilante acompanhava o Neófito "ao pé do PaineL que estava no chão, e com a ponta da Espada lhe indica as figuras cujo emblema o Ven.:. Lhe vai explicar." (página 23). Portanto, ficamos sabendo que, sobre o pavimento, havia o PaineL de Aprendiz, porém ignoramos sua configuração, contudo há bastante lógica em nossa conjectura de que poderia ser o PaineL estampado posteriormente, em 1834, na página I, volume II, da obra portuguesa "Bibliotheca Maçônica ou Instrução Completa do Franc-Maçon" (impressa na França, no idioma português, por "J. P. Aillaud", empresa gráfica situada em Quai Voltaire, nº 11, Paris), em quatro volumes, de autoria do Ir.: Miguel Antônio Dias, e em várias outras publicações, algumas atuais, exemplificativamente em 1986, na página 4 da obra francesa (desconhecida no Brasil) "La Symbolique ou Grade d'Apprenti", volume único, do Ir.: Raoul Berteaux, impressa em "Éditions ÉdimaF", em Paris (não consta o endereço).

Acrescente-se que aquela mesma observação deve ser feita quanto à pedra bruta, que é omitida na descrição do Templo (páginas 1 e 2, conforme já foi esclarecido), mas consta da parte atinente à Iniciação (um pouco antes da mencionada passagem referente ao PaineL), no momento em que o Venerável Mestre diz: "Ir.:. Mestr.:. de Cer.:. conduzi o Ir.:. ao Oc.:. para que elle aprenda a trabalhar na pedra bruta ... " (página 22) e quanto ao coxim, que é, igualmente, omitido na descrição do Templo (páginas já referidas), mas consta da parte atinente à Iniciação, no momento em que o Candidato prestava o Juramento: "O Ir.:. Mestr.:. de Cer.:. conduz o Candidato ao altar, faz-lhe pôr o joelho direito sobre um coxim ... " (página 18).

No Oriente, estava o Trono (isto é, a cadeira do Venerável Mestre) e diante dele uma "pequena mesa triangular" (portanto, as mesas do Venerável Mestre e dos Vigilantes eram iguais, diversamente do que vemos hoje, pois a mesa do Venerável Mestre é retangular, pelo menos desde 1892, porque o Ritual de 1837, que começaremos o analisar, em seguida, é omissivo, nesse ponto). Sobre a citada mesa estavam "uma luz, um Compasso, um Es-quadro, uma bíblia e um Malhete". Observe-se que, na descrição do Templo, lia-se o vocábulo mesa (do Venerável Mestre), diversamente do que se lia na parte correspondente à Iniciação, onde já vimos o vocábulo altar (aí se encontra uma das infundáveis provas de que o pesquisador precisa ser muito cuidadoso). Acima do Trono (a cadeira do Venerável Mestre, reitera-se) estavam a representação do Sol, do lado norte, e a representação da Lua, do lado oposto (não havia explicação se a Lua estava em fase crescente, minguante ou cheia). Entre ambos estava "o Olho Vigilante". Há uma breve referência ao Dossel, que ficava "por cima da Cadeira do Ven.:." e que deveria ser azul, supõe-se (por extensão interpretativa), pois o Templo tinha essa cor.

Eram omitidos a Câmara de Reflexão e o Átrio. Já vimos o nome dado então à Sala dos Passos Perdidos. Outras omissões, relativamente a Rituais posteriores, os próprios Respeitáveis Irmãos Leitores irão notando à medida que (ou na medida em que,

pois ambas as construções são vernáculas) forem acompanhando o desenrolar dos comentários.

A descrição do Templo, de acordo com o Ritual de 1837 do Grande Oriente do Brasil:

Sobre a inversão das Colunas, com "B", à direita de quem entra, isto é, no lado sul, e "J" do lado oposto, fica reiterado o que já foi visto no outro Ritual, o do Grande Oriente Lusitano. No entanto, no ora em análise, ou seja, no Ritual de 1837, do Grande Oriente do Brasil, está escrito que aquelas Colunas possuíam capitéis da ordem coríntia, sobre os quais estavam três romãs entreabertas. Esses mesmos erros (ordem coríntia e três romãs entreabertas), vêm sendo argüidos em alguns dos Trabalhos deste articulista, elucidando que a ordem coríntia foi usada pela primeira vez no Templo de Lisícrates, em Atenas, uns seiscentos anos depois de ser edificado o Templo de Salomão, e que as romãs eram duzentas e não estavam sobre os capitéis, mas sim em cornijas enfileiradas, com enfeites retorcidos em correntes e folhas de lis (ou de anêmona), tudo a simbolizar a força (correntes) e a beleza da união fraternal (romãs com sementes entreabertas). Talvez, segundo ponderam abalizados pesquisadores, o estilo dos capitéis fosse grego-cipriota / proto-jônico.

As posições dos Vigilantes continuaram as mesmas do Ritual do Grande Oriente Lusitano, que já vimos neste Capítulo. Suas mesas continuaram a ter esse nome (a do Venerável Mestre mudou, no ora focalizado Ritual de 1837, conforme veremos no próximo Capítulo, porém, mais tarde, voltou a ser mesa), sem ficar esclarecido quais eram seus formatos. Em cada uma das citadas mesas havia um maço. Nas proximidades do Primeiro Vigilante, isto é, junto à Coluna "J" ficava "huma pedra tosca" e nas proximidades do Segundo Vigilante, isto é, junto à Coluna "B", ficava "hum cubo ou pirâmide de pedra lavrada".

No próximo Capítulo, ainda sobre o Ritual de 1837 do Rito Moderno do Grande Oriente do Brasil, concluiremos a descrição da parte interna do Templo, apresentaremos as jóias das Luzes e dos Oficiais e focalizaremos o Átrio, a Sala dos Passos Perdidos e a Câmara de Reflexão. Desde já, antes de ser concluída a análise do Ritual em exame, os Respeitáveis Irmãos Leitores puderam verificar a evolução dos esclarecimentos que ele apresenta, comparativamente ao Ritual do Grande Oriente Lusitano.

CAPÍTULO XIV

A descrição do Templo, de acordo com o Ritual de 1837 do Grande Oriente do Brasil (continuação):

No Oriente, sob um Dossel azul, com franjas prateadas, ficavam o Trono e o Altar do Venerável Mestre. Note-se, todavia, que, diversamente do Ritual do Grande Oriente Lusitano (comentado no Capítulo anterior), o Altar do Venerável Mestre passou a ter essa denominação no ora focalizado Ritual de 1837, deixando, pois, de ser mesa (entretanto, no Ritual de 1892, voltaria a ser mesa, assim permanecendo até hoje),

vocábulo que, todavia, continuou a ser aplicado às respectivas peças dos Vigilantes, isto é, mesas (nunca percamos de vista que esta série é pertinente ao Rito Moderno). Em cima do mencionado Altar estavam um Compasso (sem menção ao Esquadro), uma Espada, "os Estatutos da Ordem" e um Maço. Que Estatutos seriam aqueles? Desde 1832, estava em vigor, no Grande Oriente do Brasil, sua primeira Constituição, hoje desaparecida. Frustraram-se os esforços deste articulista para localizá-la (ao contrário do êxito obtido na obtenção de todas as demais Cartas Magnas da referida Potência Maçônica, a partir da segunda, promulgada em 1º de setembro de 1839, impressa na "Typographia Nicteroy de S. M. Rego" da "Praça Municipal, sem número, Nicteroy, Rio de Janeiro").

Subia-se ao mencionado Altar por meio de três degraus, em um dos quais, do lado norte, estava um coxim, contendo "bordada ou traçada uma esquadria". Tanto quanto no Ritual do Grande Oriente Lusitano, era em um coxim que se ajoelhava o Candidato, após as Viagens, ao prestar Juramento "à glória do Gr.:. Arch.:. do Universo" (não nos esqueçamos de que, em nosso País, a reforma do Rito Moderno só viria a ocorrer em 1892). Sob o Dossel e um pouco acima do conjunto Altar/Trono do Venerável Mestre, estavam o Sol e a Lua, sem constar se a fase era crescente ou minguante ou cheia (portanto, com o mesmo laconismo do Ritual português, consoante já vimos no anterior Capítulo). O Sol ficava do lado norte e a Lua, do lado sul (ao contrário do que estava no citado Ritual d'além mar, de acordo com o que também já vimos no anterior Capítulo, e ao contrário do que está no Ritual de 1999). Entre ambos, havia uma figura triangular, que este articulista associa ao denominado Delta Místico ou Delta Rutilante ou Delta Luminoso ou Triângulo Radiante (esta última expressão é a adotada pelo Ritual de 1999) "tudo em campo azul, semeado de estrelas dispostas em triângulos".

Quase no centro do pavimento, havia o "quadro representando o esboço da Loja" (ou seja, o Painel da Loja de Aprendiz, que não era descrito e não constava de qualquer estampa, mas talvez se lhe possa aplicar a mesma presunção que fizemos no anterior Capítulo, com referência aos comentários sobre o Painel do Ritual português).

As Jóias eram as seguintes:

Venerável Mestre: um Esquadro, aberto em noventa graus, e um Compasso, entrelaçados;

Primeiro Vigilante: um Nível;

Segundo Vigilante: um Prumo;

Orador: um círculo;

Secretório: duas penas em aspas;

Tesoureiro: duas chaves em aspas;

Hospitaleiro: uma bolsa;

Mestre-de-Cerimônias: um triângulo;

Primeiro, Segundo e Terceiro Expertos: uma Espada;

Chanceler-Guarda dos Selos: o selo da Loja;

Arquiteto: uma colher de pedreiro;

Mestre-de-Banquetes: um semicírculo;

Cobridor: uma Espada (a mesma Jóia dos três Expertos).

O Templo era forrado de azul. Existiam três grandes luzes, uma no Oriente e duas no Ocidente, uma destas duas ficava do lado norte e outra, do lado sul (em alguns casos, quando o texto permite, este articulista, por uma questão de estilo literário, gosta de suprimir o verbo, substituindo-o por vírgula, graças ao oportuno recurso ao zeugma). Aquelas luzes talvez fossem tocheiros, pois luz elétrica, no ano de 1837, em artérias públicas, ainda não existia (de acordo com elucidação alinhada no anterior Capítulo).

De modo muito simples, a definição de Átrio resumia-se à "sala ou repartimento que precede ao Templo. Terá a mobília que o espaço permitir" (Façamos duas oportunas digressões: 1º- Em Roma, nos tempos da Antigüidade Clássica, átrio era o segundo vestíbulo das residências. 2º - O verbo preceder, usado no texto em foco, gera dificuldades aos principiantes e aos menos interessados em assuntos gramaticais, porque ele pode ser transitivo direto e transitivo indireto, conforme o caso).

Tão simples quanto a do Átrio, era a definição da Sala dos Passos Perdidos, "que precede ao Átrio do Templo; nella se detém os Ilr.: Visitantes em quanto lhes não he dado o ingresso no Templo. Convém que seja mobiliada" (aqui, outra vez, encontramos o verbo preceder).

A Câmara de Reflexões, cujas paredes eram negras, possuía uma "alâmpada" (o vocábulo, que, no caso, está grafado com surpreendente meta plasmato protético, veio-nos pelo idioma latino, diretamente, mas de origem grega, lampás, lampádos, a significar archote). É curioso que, naquela passagem, o Ritual use o citado vocábulo, e não luz, que usa em outras (já vimos, neste mesmo Capítulo). A aludida Câmara possuía cadeira, mesa, pão, água, vaso com sal, vaso com enxofre, papel, penas e tinta. Sobre a mesa, estavam representados um galo e uma ampulheta. Debaixo destes, encontravam-se as palavras "Vigilância e Perseverança". A cadeira, a mesa, o papel, as penas e a tinta, pela evidência das correspondentes finalidades, não necessitam de explicações. Quase o mesmo pode ser dito sobre o pão e a água, símbolos da sobrevivência. A presença do sal e do enxofre é devida à alquimia (que, em tempos outros, chegou a ser bastante prestigiada). A ampulheta representa o tempo (não o percamos; aproveitemo-lo, preenchendo-o positivamente). Interpenetram-se o galo e os dois mencionados vocábulos que o ilustram. Primitivamente, o galo era a ave sagrada no culto dos persas masdeístas e, mais tarde, sua imagem passou a pontificar nas grimpas das igrejas católicas. Das mencionadas palavras, a Vigilância exorta-nos a que não caiamos em sono modorrento, exatamente quando as obrigações nossas, maçônicas e profanas, exigirem nossa prontidão. A Perseverança é o inarredável atributo daqueles que são constantes. É constrangedor ver alguém que, depois de iniciar promissora caminhada, ao longo de amplo e iluminado caminho, vai diminuindo os passos e, simultaneamente, vai

perdendo a altivez até abandonar o percurso. Em uma das paredes, estavam frases imperativas (todas iniciadas com a conjunção subordinativa condicional adverbial "se"), que viriam a sofrer modificações, seja no próprio Rito Moderno, seja em outros Ritos que adotam a referida Câmara, apesar da manutenção de pontos-de-contato. Mesmo levando em conta ser esta Revista restrita a Maçons, é aconselhável que não se faça a reprodução de tais frases (apesar de ser entendimento deste articulista que só não se admite a transcrição dos ss.: , dos tt.: e das pp.: , tanto quanto não se admitem quaisquer transcrições ritualísticas acima do Grau de Aprendiz).

O Ritual subsequente (do Rito Moderno, do Grande Oriente do Brasil) foi impresso em 1869. No Capítulo I, vimos que o trabalho gráfico foi elaborado pela "Typographia Universal de Laemmert", Rua dos Inválidos, nº 63-B, Rio de Janeiro. Deixaremos de analisá-lo, pois ele é uma cópia do Ritual de 1837, razão pela qual passaremos ao Ritual de 1891 também do Rito Moderno e do Grande Oriente do Brasil. Descumprindo o compromisso de que não mais mencionaria empresas gráficas e respectivos endereços, este articulista informa, repetindo esclarecimento que fez no Capítulo XI, que o Ritual de 1892 foi editado pela "Imprensa Nacional", no Rio de Janeiro (não consta o nome da correspondente artéria pública). No Capítulo anterior, ficou esclarecido que, nesta série, só analisaremos quatro Rituais: o do Grande Oriente Lusitano e três do Grande Oriente do Brasil, estes de 1837, 1892 e 1999, todos do Rito Moderno, fazendo-o sob dois ângulos: o primeiro sobre a descrição do Templo e o segundo sobre as três Viagens pertinentes à Iniciação. Sob o primeiro ângulo (só sob o primeiro ângulo) já analisamos os dois primeiros Rituais em dois Capítulos: no anterior (XIII) foi analisado o Ritual português e foi iniciada a análise do Ritual de 1837, que concluímos no presente Capítulo (XIV). No próximo (XV) analisaremos (ainda só sob o primeiro ângulo) o Ritual de 1892, que, entre modificações outras, foi o primeiro, no Brasil, a suprimir o Grande Arquiteto do Universo.

CAPÍTULO XV

No final do anterior Capítulo e em textos diversos, este articulista já afirmou e o Ritual de 1892 do Grande Oriente do Brasil (Rito Moderno) foi o primeiro, em nosso País, que, entre modificações outras, suprimiu referências ao Grande Arquiteto do Universo.

Feita a indispensável reiteração, passemos a descrever o Templo, de acordo com o citado Ritual. Logo no início da parte que é pertinente à nossa análise, estava escrito: "O local de reunião da Loja chama-se Templo. Tem interiormente a forma de um rectângulo alongado e o fundo, sendo possível, deve ser semi-circular." (as já apresentadas descrições que estão nos outros dois Rituais, o do Grande Oriente Lusitano e o de 1834, eram omissas nesse ponto). Sobre as Colunas Gêmeas, ficam ratificados todos os termos que sobre elas apresentamos no Capítulo XIII, nas considerações atinentes ao Ritual de 1837. O temor ao cometimento de perissologia impede-nos de repetir as considerações lá expostas. De certo modo, a mesma asserção é aplicável aos Vigilantes, cujas mesas continuaram triangulares, com "uma luz e um Malhete", sim, mas passaram a ter "suas faces revestidas por Painéis simples de madeira". A expressão "Painéis simples"

significa que eram Painéis lisos, sem a existência de Símbolos sobre eles. Nas proximidades da Coluna "J" ficava a Estrela Flamejante, de cinco raios, com um "G" central. Não havia menção ao Dossel.

Observações supletórias: 1ª - Quando transcreve um texto, este articulista faz uso de caracteres itálicos e aspas, mantendo o original. Isso explica o porquê de constantes grafias pretéritas. Um expressivo exemplo ocorreu na transcrição da grafia concernente ao adjetivo "semi- circular", que não é correta. Se contarmos uma por uma, são 23 as complicadas regras gramaticais sobre o hífen. Dessas regras há uma a determinar que os prefixos latinos auto, contra, extra, infra, intra, neo, proto, pseudo, ultra e semi ligam-se por hífen, desde que o segundo elemento principie por h, r, s ou qualquer vogal, conforme item XIV, nº 46, caso 5º, letra a, das "Instruções para a Organização do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa", aprovadas por unanimidade pela Academia Brasileira de Letras, na histórica sessão de 12 de agosto de 1943. Portanto, semicircular não possui hífen. Entretanto, o adjetivo extraordinário deveria ser extra-ordinário, com hífen, de acordo com a regra oficial, mas o ininterrupto uso do equívoco fez com que a grafia sem hífen seja uma escorreita exceção (nesta observação supletória, cabe obter-se que no idioma espanhol o hífen não é usado nem mesmo para que sejam separados o pronome enclítico e o correspondente verbo). 2ª - Vimos, no Capítulo XIII, que o Ritual do Grande Oriente Lusitano previa a existência de "uma luz" sobre as mesas do Venerável Mestre e dos Vigilantes. Essa expressão continuou nos Rituais posteriores, até hoje, nas mesas dos Vigilantes (neste mesmo Capítulo, veremos que na mesa do Venerável Mestre, desde o focalizado Ritual de 1892, passou a existir "um candelabro de três luzes). Sempre com o mais profundo respeito e com a devida vênua, este articulista entende que não se trata de uma justificável sinédoque, de tal maneira que "uma luz", expressão inadequada (relativamente ao caso concreto, ressalte-se e ressalve-se), poderia ser substituída por "uma luminária" ou "um castiçal".

Ainda no Ocidente, perto da balaustrada, à direita de quem olha para o Oriente, ficavam a mesa triangular e a cadeira do Tesoureiro. Do lado oposto ficavam a mesa triangular e a cadeira do chanceler. Sobre aquelas mesas, que não possuíam revestimentos, havia "uma luz".

No Oriente (é óbvio) estavam a cadeira (não aparece o vocábulo trono) e a mesa retangular do Venerável Mestre, fechada na frente e dos lados por Painéis de madeira, em que podiam (era, pois, uma possibilidade, mas não era uma obrigação) existir emblemas do Grau. Sobre a citada mesa estavam um Malhete, uma Espada, um Compasso (sem alusão ao Esquadro), um candelabro de três luzes (já vimos), um exemplar da Constituição do Grande Oriente do Brasil e um exemplar do Regulamento Geral. A Constituição era a de 30 de novembro de 1891 e o Regulamento Geral era o de 1º de março de 1892. Atrás da mencionada cadeira estava "um triângulo luminoso com um olho no meio". Não existiam as figuras do Sol e da Lua dos lados do referido triângulo. Ainda no Oriente, em seu lado extremo esquerdo, em relação ao Venerável Mestre, havia cadeira e mesa para o Orador. No extremo oposto estavam cadeira e mesa para o Secretário. Sobre essas mesas ficavam "uma luz" e os mesmos já reeridos exemplares legislativos. À direita do Secretário, na balaustrada, era colocado o estandarte da Loja. Diversamente do critério usado nas outras cinco referidas mesas, nestas duas últimas (do Orador e do Secretário) não ficou esclarecido se elas eram revestidas ou não.

As paredes eram decoradas de azul.

Na frisa havia um cordão com nós de distância em distância. Não havia referência ao número de nós. Esse cordão terminava (ou começava?) nas Colunas, com uma borla em cada extremidade. O teto era azulado. Eram várias as estrelas. O Sol estava no Oriente; a Lua, no Ocidente (já vimos que essas duas figuras não constavam dos lados do "triângulo luminoso", mas estamos vendo, agora, que elas constavam do teto). Não havia referência ao pavimento, ao Painel do Grau, às pedras, ao Átrio e à Sala dos Passos Perdidos. Os ocupantes de cargos que não foram aqui mencionados não estavam previstos na descrição do Templo.

Quanto à Câmara de Reflexões, em comparação com o Ritual de 1837, saliente-se que deixaram de existir a figura do galo e as duas inscrições que o acompanhavam. Continuaram a existir as frases imperativas, que, porém, foram modificadas. Sobre as citadas frases, reportemo-nos ao que comentamos sobre o outro aludido Ritual, no anterior Capítulo (conquanto o autor de uma série, qual quer que ela seja, procure ser o mais claro possível, poderá ser difícil entender seu trabalho, se este não for examinado por inteiro, com o reexame de Capítulos anteriores, sob uma visão geral).

A DESCRIÇÃO DO TEMPLO, DE ACORDO COM A EDIÇÃO DE 1999 DO RITUAL DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL:

Preliminarmente, antecipando-se a eventuais críticos, é indispensável destacar que este articulista não menciona 1998, pois o Decreto nº 252, que aprovou o Ritual em foco, foi lavrado em 12 de maio de 1999, e, demais disso, os comentários serão feitos com base na edição de 1999, de acordo com sua própria capa. Fica, pois, lavrada esta prolepse.

O local em que a Loja funciona continua a chamar-se Templo. As Colunas passaram a ter a "ordem egípcio-babilônica". Essa afirmação, que é muito ampla, não merece aplausos. Que ordem egípcio-babilônica? De onde foi tirada essa alegação? Sobre esse mesmo assunto, este articulista, respeitosamente, reitera todos os esclarecimentos apresenta- dos no final do Capítulo XI.

As mesas dos Vigilantes continuam a ser triangulares e revestidas de Painéis de madeira. No Painel da mesa do Primeiro Vigilante, à esquerda, há um Nível, instrumento que ajusta linhas horizontais. No Painel da mesa do Segundo Vigilante, à direita, há um Prumo, instrumento que ajusta linhas perpendiculares. Sobre cada uma das citadas mesas existe "uma luz, um Malhete e o Ritual". Nas imediações do Primeiro Vigilante, um pouco à frente e à sua esquerda, fica o Primeiro Experto e atrás deste fica o Terceiro Experto. Nas imediações do Segundo Vigilante, um pouco à frente e à sua direita, fica o Segundo Experto. Nas imediações do Segundo Experto, à sua esquerda, ficam, no chão, uma Pedra Bruta, um Cinzel e um Maço, que são pertinentes ao Segundo Vigilante. Nota-se que, objetivamente, a localização apresentada por este articulista, quanto àqueles três objetos simbólicos, é fiel à estampa da planta do Templo e à respectiva legenda, que apresentam uma diferença, ainda que minúscula, relativamente ao próprio texto da descrição constante do Ritual. De fato, se nos debruçarmos sobre aquela estampa e fizermos uma comparação com a respectiva legenda, verificaremos que a Pedra Bruta, o

Maço e o Cinzel (letra A) estão bem próximos do Segundo Experto, à sua esquerda (nº 10), apesar de o texto da descrição assinalar que as três referidas peças estão "Junto ao 2º Vigilante", mesmo que não estejam assim tão junto, conforme nº 3 das referidas estampa e legenda.

Ainda no Ocidente, junto à balaustrada, lado sul, estão a cadeira e a mesa do Tesoureiro; diante dessa mesa está a cadeira do Hospitaleiro, em cujo lado esquerdo está a cadeira do Mestre-de-Banquetes. Também junto à balaustrada, mas do lado norte, estão a cadeira e a mesa do Chanceler; diante dessa mesa está a cadeira do Mestre-de-Cerimônias, em cujo lado direito está a cadeira do Arquiteto. Entre as Colunas Gêmeas fica o Cobridor (há um só Cobridor).

Passemos ao Oriente. Atrás e acima da cadeira do Venerável Mestre, na parede, está o "Triângulo Radiante", que é um triângulo eqüilátero, luminoso, em cujo centro está um olho esquerdo (eqüilátero, com trema, ou equilátero, sem trema, são vocábulos sincréticos). À sua esquerda, ou seja, do lado sul, fica o Sol. Do lado oposto fica a Lua, "refletindo a luz do sol" (a significar, portanto, que a Lua é representada em quarto crescente). Diante da citada cadeira, que fica sobre um estrado alcançado por meio de três degraus, está a correspondente mesa, de formato retangular; fecham-na três painéis de madeira, "estando fixado sobre a vista central um Esquadro, tendo ao lado o Painel do Grau." (de que lado?). Sobre a mesa do Venerável Mestre ficam um candelabro de três luzes, um Malhete, a Constituição do Grande Oriente do Brasil, o Regulamento Geral (RGF), o Regimento Interno da Loja, o Ritual e a Espada atinente ao Venerável Mestre. Talvez esse candelabro não esteja dentro do que definem alguns dicionaristas (e este articulista consultou treze). No entanto, ajusta-se, com simetria, na definição do inesquecível Professor Francisco da Silveira Bueno, conforme "Grande Dicionário Etimológico-Prosódico da Língua Portuguesa", edição "Saraiva", ano de 1964, 2º volume, página 605. Quanto às três luzes, já comentamos a palavra luz, neste mesmo Capítulo. Diante da citada mesa há o Triângulo dos Compromissos, que é uma pequena mesa, em cima da qual ficam as denominadas Três Grandes Luzes da Maçonaria: o Livro da Lei, o Compasso e o Esquadro, o primeiro superposto ao segundo, e este, semi-aberto, com as pontas voltadas para o Ocidente, ao contrário daquele.

Mais uma observação supletória:

Conforme determina o artigo 2º, inciso VIII, da Constituição do Grande Oriente do Brasil, é obrigatório que estejam presentes, sempre à vista, o Livro da Lei, o Esquadro e o Compasso, em todas as Sessões das Lojas e Corpos. Que Livro da Lei será esse? Nos estreitos limites desta série, não cabe uma dissertação em torno da citada e importante pergunta, mas deve ser ressaltado que, anteriormente, em um dos Rituais do próprio Rito Moderno, da citada Potência Maçônica, edição de 1983 (não consta o nome da tipografia), exemplar nº 646, página 7, em nota de rodapé, mediante asterisco, está escrito: "Em todas as sessões, o Livro da Lei - a Bíblia - deverá estar sobre o Altar dos Compromissos" (Capítulo II, inciso III, letra "h", da Constituição do Grande Oriente do Brasil)". Realmente, o texto está no mencionado Ritual do Rito Moderno, editado em 1983. A referência que ele faz à Constituição do Grande Oriente do Brasil é sobre a Carta Magna de 8 de agosto de 1981, que usava a expressão "Altar dos Juramentos", mas não "Altar dos Compromissos". Ainda mais e sem dúvida, os Respeitáveis Irmãos Leitores já

observaram que aquele Ritual, o de 1983, mesmo sem usar o vocábulo Juramentos, escrito na Constituição de 1981, usava a expressão Altar.

No próximo Capítulo concluiremos as considerações sobre a descrição do Templo, segundo o Ritual do Rito Moderno, do Grande Oriente do Brasil, e iniciaremos os comentários sobre as Viagens, segundo o Ritual do Grande Oriente Lusitano, igualmente do mencionado Rito.

CAPÍTULO XVI

No anterior Capítulo, descrevemos o Ocidente e iniciamos a descrição do Oriente, que concluiremos neste. Não nos esqueçamos de que só está em foco o Rito Moderno, apesar de eventuais, mas raríssimas, e fragmentárias comparações com outros Ritos, apresentadas em alguns Capítulos, mediante objetivo ilustrativo.

Levando em consideração o lugar do Venerável Mestre, à esquerda estão a cadeira e a mesa do Orador, sobre a qual ficam a Constituição do Grande Oriente do Brasil, o Regulamento Geral da Federação (RGF), o Estatuto, o Regimento Interno da Loja e o Ritual. Do lado oposto, estão a cadeira e a mesa do Secretário, sem que existam maiores esclarecimentos. Atrás do Orador, senta-se o Porta-Bandeira, em cujo lado direito, na balaustrada, é arvorado o Pavilhão Nacional. Atrás do Secretário, senta-se o Porta-Estandarte, em cujo lado esquerdo, na balaustrada, fica o Estandarte da Loja. Do mesmo lado, mas na parede, é arvorada a Bandeira do Grande Oriente do Brasil.

De acordo com o Ritual ora em exame, não há uma decoração especial para o Teto. Mas, se houver, ele deverá simbolizar uma abóbada azulada, com a tonalidade mais clara no Oriente, onde, um pouco à frente do Triângulo (isto é, a mesa triangular) do Venerável Mestre, está o Sol. A tonalidade irá ficando cada vez mais escura quanto mais se aproximar do Ocidente. Sobre os triângulos (isto é, as mesas triangulares) do Primeiro e do Segundo Vigilantes ficam, respectivamente, a Estrela de Cinco Pontas e a Lua.

Observação supletória: Este articulista sublinhou o vocábulo abóbada, pelo seguinte motivo: No Ritual de 1999, página 17, em lugar de abóbada, que é a grafia consagrada, está escrito abóboda. Note-se, apenas para a apresentação de um exemplo, que em um outro Ritual, o de 1983 (também do Rito Moderno, mas não englobado por esta série) vemos a forma de maior aceitação: abóbada. Quase todos os dicionaristas só consignam essa forma, ou seja, abóbada. Todavia, o "Dicionário HOUAISS da língua portuguesa", organizado pelo inesquecível filólogo Professor Antônio Houaiss (1915/1999), depois de apresentar oitenta e duas linhas sobre abóbada, incluindo etimologia, também apresenta abóboda, mas com a ressalva de que é forma não preferencial ("s.m. f. menos pref."), edição de 2004, página 21. Portanto, ao usar abóboda, o Ritual de 1999 na citada página 17 usa a forma não preferencial.

Em seguida ao texto denominado "B) Preparação do Candidato admitido às provas" (portanto fora e depois da parte em que o Templo é descrito), está a Câmara de

Reflexões, com mesa, cadeira (sobre a qual haverá pão, água, um formulário, uma caneta e uma campainha), esqueleto humano (ou um crânio) e uma ampulheta. Há seis inscrições. Com exceção da primeira, elas são iniciadas pela conjunção subordinativa condicional "Se" (a existência dessa conjunção já vimos no Capítulo XIV, quando foram concluídas a descrição e a análise do Templo, mas segundo o Ritual de 1837). Tal Câmara não deve receber luz exterior. Bastará a de uma interna lâmpada fosca. Existe a louvável recomendação de que a citada Câmara tenha uma decoração "simples e austera, sem afetar aspecto aterrador", exatamente a mesma recomendação, palavra por palavra, do Ritual de 1892. A única diferença, neste ponto específico, está no fato de que o verbo "afetar" era então escrito com "ff" e com um "c" intermediário: "affectar". Porém, diametralmente oposta era a recomendação no Ritual de 1837, no qual as paredes eram "denegridas e carregadas de emblemas fúnebres, a fim de inspirarem meditação, tristeza e pavor". Outrossim, o galo, a inscrição "Vigilância e Perseverança", o sal, e o enxofre (que foram referidos e analisados no já referido Capítulo XIV) deixaram de existir, desde o Ritual de 1892 (este articulista já elucidou, de modo repetitivo e até exaustivo, contando, sempre, com a tolerância maçônica dos Respeitáveis Irmãos Leitores, que o Ritual de 1892 é aquele que, entre modificações outras, expungiu, do Rito Moderno, todas as referências ao Grande Arquiteto do Universo!).

No Ritual de 1999, o Primeiro Experto retira a tarja negra dos olhos do Candidato, que preencherá o seu "testamento filosófico e moral", constante de quatro perguntas sobre quatro deveres. São exatamente as mesmas quatro perguntas do Ritual de 1892. Mas, no Ritual de 1837 (o de 1837, note-se), as perguntas eram apenas três. A então primeira era igual à última de 1999. A então segunda era semelhante (quase igual) à primeira de 1999. A então terceira era igual à segunda de 1999.

Juntamente com as mencionadas perguntas sobre os quatro deveres, haverá outras (não nos esqueçamos de que o verbo haver, quando significa existir, é impessoal, não possui sujeito a exigir flexão no plural) referentes ao nome, idade, profissão, residência e (atenção!) as razões que levaram o Candidato a pedir ingresso na Maçonaria. É obrigação do Primeiro Experto explicar (o Ritual usa o verbo advertir) que, respondido e assinado o questionário, seu subscritor deverá tocar a campainha (já vimos que na Câmara de Reflexões existe uma campainha). Em seguida, aquele Experto venderá o Candidato, novamente, e levará o questionário à Loja. Mais tarde, o primeiro levará o segundo à porta do Templo, quando assim for determinado pelo Venerável Mestre.

Esse procedimento era já mais ou menos assim, desde o Ritual de 1892. Uma das diferenças estava no fato de o Experto (podia ser qualquer um dos Expertos, e não necessariamente o Primeiro) portar Espada, quando ia retirar o Candidato, e estar revestido de suas insígnias. No Ritual de 1999, o Primeiro Experto, com capuz e sem insígnias, leva o Candidato à Câmara de Reflexões, e não consta que ele, ao retomar àquela Câmara, para retirar o Candidato, esteja com insígnias, com Espada e sem capuz. Há outra diferença. Está escrito, no Ritual de 1892, que era entregue ao Candidato um impresso no qual estavam os Títulos I e II da então vigente Constituição do Grande Oriente do Brasil (este articulista esclarece que aquela Constituição era a de 28 de janeiro de 1892, impressa na "Typographia da Papelaria Ribeiro", situada na Rua da Quitanda, nº 79-B, Rio de Janeiro, e aqueles Títulos tratavam "Da Maçonaria e seus Princípios". Uma grande

diferença estava no Ritual de 1837, porque, antes de levar o Candidato à porta do Templo, o "Irmão Preparador" (é assim que está escrito no citado Ritual) fazia com que o braço esquerdo, o peito, do lado esquerdo, e o joelho direito do Candidato ficassem descobertos, que seu sapato esquerdo estivesse achinelado e que ele fosse despojado de todos os metais (no sentido literal, ou seja, no sentido profano do vocábulo).

No final do anterior Capítulo, havíamos prometido que, neste, iniciáramos a descrição das Viagens, a partir do Ritual do Grande Oriente Lusitano, um dos quatro Rituais englobados por esta série. Porém, sob o aspecto didático, melhor será que, antes, os Respeitáveis Irmãos Leitores analisem o presente Capítulo, em conjunto com os XIV e XV, refletindo sobre a focalizada Câmara, que, fazendo jus ao nome, é mesmo apropriada às reflexões, porém não só dos Candidatos, mas de todos nós, renovadamente, qualquer que seja nossa cultura maçônica e, também, qualquer que seja nossa cultura profana. Assim, presume-se que melhores serão nossas condições, quando estivermos diante do porvindouro Capítulo XVII.

Este articulista não pode ficar indiferente, sem externar os justificáveis agradecimentos pelas constantes manifestações positivas, formuladas pelos Respeitáveis Irmãos Leitores, manifestações essas que configuram incentivadores elogios. De um modo especial, fica aqui lavrado o fraternal reconhecimento, proveniente da estimulante expressão "muito bem!", usada em algumas cartas e telefonemas, para apoiar a crítica feita à introdução existente no Ritual de 1999, conforme Capítulo XII (janeiro de 2005).

CAPÍTULO XVII

Atendendo à determinação do Venerável Mestre, o Primeiro Experto, segurando as mãos do Candidato, fazia com que este praticasse a primeira Viagem, a partir do Ocidente, rumo ao Oriente, passando pela Coluna do Norte, voltando, pela Coluna do Sul, ao ponto de partida. O Primeiro Experto, durante a citada Viagem, andando para trás, conduzia o Candidato às vezes em zigue-zague e fazendo com que ele se abaixasse, para imaginar que estava percorrendo um terreno cheio de obstáculos. Ao retomar ao Oriente, o Candidato sentia uma corrente de ar, provocada por um leque ou por alguma outra peça que produzisse o mesmo efeito. Em seguida, o Segundo Vigilante anunciava o término de tal Viagem ao Primeiro Vigilante, e este fazia a transmissão ao Venerável Mestre, que, depois de perguntar ao Candidato e de lhe ouvir a resposta (fosse qual fosse) sobre o que havia notado no percurso, afirmava que a referida Viagem era o emblema da vida humana, o tumulto das paixões, o choque dos diversos interesses, as dificuldades das empresas, os obstáculos que dificultam os passos, tudo figurado pelo ruído que o Candidato ouvira no final daquela Viagem e pela desigualdade do caminho que ele percorreria. No Ritual de 1999, essa interpretação é a mesma que está na última parte da focalizada Viagem. Porém, não tenhamos pressa, porque ainda iremos descrever o citado Ritual, de 1999, tanto quanto os de 1837 e de 1891.

A segunda Viagem era feita com passos menos lentos. Havia o tinir de Espadas (possivelmente, os Respeitáveis Irmãos Leitores, de outros Ritos, que não o Moderno, estarão, desde já, por conta própria, antecipando as mencionadas

comparações). Quando o Candidato retomava ao ponto de partida, no Ocidente, seu braço esquerdo (isto é, aquele que estava descoberto) era mergulhado, pelo Mestre-de-Cerimônias, em um vaso cheio de água. O Venerável Mestre não mais perguntava o que o Candidato havia notado, mas perguntava que reflexões lhe suscitara aquela outra Viagem. Depois de ouvir a resposta (fosse qual fosse, conforme já acontecera na anterior indagação), o Venerável Mestre esclarecia que o caminho da virtude torna-se mais suave, quanto mais nele nós avançamos e que o tinido das Espadas representa os combates que o homem virtuoso é obrigado a sustentar, sempre, para triunfar sobre os ataques do vício. O pronunciamento terminava com a afirmação de que o Candidato estava purificado pela água.

A terceira Viagem fazia-se com grandes passos. Durante o percurso, era sacudida uma tocha. Quando o Candidato voltava ao ponto de partida, após sentir a presença do fogo produzido pela mencionada tocha, dizia-lhe o Venerável Mestre, sem formular qualquer pergunta, haver ele, o Candidato, passado pelo complemento da purificação, representada pelas chamas, que lhe deveriam acender, no coração, para sempre, o amor aos seus semelhantes. Na Maçonaria (e em instituições outras), de nada valerá conhecer e memorizar as exortações positivas, se não houver a sincera intenção de atendê-las.

Na mitologia da Grécia, Prometeu, depois de formar o homem com o limo da terra, deu-lhe vida, graças ao fogo que ele furtara do Céu. Foi punido por ordem de Júpiter, mas salvo por Hércules (a punição e o salvamento, apesar de magnífica lição analógica, não serão aqui comentados, pois refogem ao nosso tema). Para o filósofo Heráclito de Éfeso, no Século VI antes da chamada Era Cristã, o fogo seria um fluxo eviterno. Note-se que aquele conceito apresentava um pensamento racional, contrapondo-se à crença mitológica. Com o mesmo racionalismo (cuidado com este vocábulo!), os também filósofos gregos Tales e Anaxímenes, no referido Século, ensinavam, respectivamente, que as substâncias primeiras seriam a água e o ar. Anaximandro (discípulo de Tales) propunha um conceito diferente, mais elevado, segundo o qual existiria o Infinito, uma substância não gerada e sim geradora e imperecível. Todos aqueles filósofos eram da escola jônia ou jônica. Acrescente-se que os jônios eram considerados os mais sábios de todos os gregos. Por isso, em nossa Ordem, a coluna jônica simboliza a sabedoria, e é atinente ao Venerável Mestre. Mais ou menos entre os anos 440 e 441 antes da citada Era, outro filósofo grego, Empédocles de Agrigento, defendeu quatro princípios básicos: terra, água, ar e fogo.

Terminada a digressão, voltemos ao velho Ritual do Grande Oriente Lusitano. Concluídas as Viagens, o Venerável Mestre apresentava considerações sobre a caridade, a ser praticada sem ostentação e sem prejuízo dos deveres prioritários referentes à família a sustentar e aos filhos a educar, condenando quem pretendesse aparecer caritativo, antes de satisfazer aquelas obrigações primeiras.

Após uma simbólica prova de sangue, ocorria a Cerimônia do Cálice da Amargura, seguida pelas explicações do Venerável Mestre. Não havia contraste com a doçura da bebida e a citada Cerimônia ocorria após as Viagens.

O Primeiro Experto, inicialmente, e o Mestre-de-Cerimônias, logo depois, conduziam o Candidato ao Altar do Venerável Mestre, por determinação deste, lue perguntava ao Candidato sobre sua disposição em prestar um Juramento. Se ocorresse hipótese negativa, a Iniciação não poderia ter seguimento, obviamente. Com a resposta positiva do Candidato, ele, ajoelhado (joelho direito) sobre um coxim, segurando (com a mão direita) um Compasso aberto e colocando uma das pontas sobre o coração (as pontas eram rombas, por evidente motivo) e pondo a mão direita sobre a Espada que ficava sobre o mencionado Altar, tendo sobre ela a mão esquerda, aberta, do Venerável Mestre, jurava ao Grande Arquiteto do Universo (nunca nos esqueçamos de que está em foco um Ritual do Rito Moderno) guardar todos os segredos que lhe fossem confiados, amar os seus Irmãos, conformar-se com os estatutos e regulamentos da respectiva Loja. No caso de que viesse a perjurar, ele apresentava os mesmos consentimentos (língua, pescoço e corpo) que continuamos vendo nas Iniciações realizadas no Rito Escocês Antigo e Aceito (do Grande Oriente do Brasil e das Grandes Lojas Estaduais) e no Rito Adonhiramita (este último, qualificado pelo Ir. Mário Marinho de Carvalho Behring, em 1927, de "estranho Rito", não era praticado por nenhuma das Grandes Lojas Estaduais, até há pouco tempo), mas não os vemos no Rito Moderno, de onde foram suprimidos por força da reforma determinada pelo Decreto nº 109-GOB, de 30 de julho de 1892.

Prestado o Juramento, o Venerável Mestre perguntava ao Candidato (depois de conduzido entre Colunas) se aquele ato lhe havia causado alguma inquietação, se ele estava disposto a confirmá-lo após o recebimento da Luz e o que ele queria (a terceira pergunta só seria feita se as duas primeiras fossem positivas). Era o próprio Candidato quem respondia: "A Luz". Oportunamente, ao examinarmos as Viagens pertinentes ao Ritual de 1837, impresso na "Typographia Austral", do Beco de Bragança, nº 15, Rio de Janeiro, veremos que a pergunta e as respostas passaram a ser atribuições do Segundo Vigilante. No mesmo sentido, ao examinarmos o Ritual de 1892, impresso na "Imprensa Oficial" (não consta o nome da artéria pública, só constando Rio de Janeiro), ambos do Rito Moderno e do Grande Oriente do Brasil, veremos que a pergunta e a resposta passaram a ser atribuições do Primeiro Vigilante, assim continuando no Ritual de 1999.

No início do próximo Capítulo, ainda apresentaremos algumas considerações sobre o velho Ritual português do Grande Oriente Lusitano e, isso feito, passaremos à análise das Viagens descritas pelo Ritual de 1837, do Grande Oriente do Brasil.

CAPÍTULO XVIII

Concluindo, neste Capítulo, a descrição iniciada no anterior, cabe elucidar que, após receber a Luz produzida por "cachimbos compostos com resina" (sabemos, de sobejo, que ainda não havia iluminação elétrica), o Candidato ratificava o Juramento. Em seguida, era recebido e constituído Maçã. Naquele momento, o Venerável Mestre dava três pancadas sobre a lâmina da Espada que colocava sobre a cabeça do primeiro, que recebia o beijo fraternal do segundo, "pelo número misterioso de três". Logo depois, aprendia a dar os passos de Aprendiz, recebia o Avental, símbolo do trabalho, e recebia

pares de Luvas, um para si mesmo e outro a ser entregue à mulher que desfrutasse de sua maior estima (esse procedimento não passava, e continua não passando, de um meio sutil de obter as simpatias femininas, porque as mulheres não faziam parte da Maçonaria regular, e continuam não fazendo). Em nossa Ordem, as Luvas simbolizam pureza (mas, no denominado mundo profano, elas podem ser representativas de fidalguia).

Os Respeitáveis Irmãos Leitores, pelo menos aqueles que estão acompanhando esta série, já sabem que o citado Ritual do Rito Moderno, do Grande Oriente Lusitano, foi o primeiro de todos os usados pelo Grande Oriente do Brasil e sabem, igualmente, que ele era já usado (ignora-se desde que ano, mas foi antes de 1822) pela sua Loja nº 1, a "Commércio & Artes", cuja fundação ocorreu em 24 de junho de 1815.

Apesar de esta série ser restrita ao Rito Moderno, e não possuir o escopo de fazer comparações com outros Ritos, salvo em casos excepcionais (como está acontecendo agora), não pode ser omitido o fato de que a passagem ritualística da entrega das Luvas e muitas outras passagens daquele Ritual (do Grande Oriente Lusitano e do citado Rito, não nos esqueçamos) foram copiadas por velhos Rituais do Rito Escocês Antigo e Aceito impressos no Brasil, exemplificativamente o primeiro de todos, denominado "Guia dos Maçons Escoceses ou Reguladores dos Três Grãos Symbólicos do Rito Antigo e Aceito", impresso em 1834 pela "Typ. Imp. e Const. de Seignot-Plancher & Cia.", da Rua do Ouvidor, nº 95, Rio de Janeiro, por iniciativa particular da própria empresa gráfica (que, no mesmo ano, tirou uma cópia para o Grande Oriente Brasileiro, que viria a ser mais conhecido por "Grande Oriente do Passeio", que não pode ser confundido com o Grande Oriente do Brasil) e outra para o Supremo Conselho, ou seja, "Supr.: Cons.: para o Império do Brasil". Nove anos depois, isto é, em 1845, o citado "Grande Oriente do Passeio" providenciou outra impressão, sem modificações, com o mesmo título usado em 1834 (que já vimos), incumbindo o trabalho gráfico à "Typographia Bintot", da Rua do Sabão, nº 70, Rio de Janeiro. Só em 1857 o Grande Oriente do Brasil teve o seu primeiro Ritual do Rito Escocês Antigo e Aceito, impresso na "Typographia Menezes", da Rua do Cano (antigo nome da Rua Sete de Setembro), nº 165, Rio de Janeiro, também mantendo o mesmo nome dos já mencionados Rituais alheios. Um era cópia do outro, e, posteriormente, ao longo dos anos, muitas passagens usadas nos vigentes Rituais do Rito Escocês Antigo e Aceito, seja o do Grande Oriente do Brasil, sejam os usados pelas Grandes Lojas Estaduais (que não praticam o Rito Moderno) foram mantidas, não obstante sejam provenientes de um Ritual do Rito Moderno, ou seja, o Ritual do Grande Oriente Lusitano.

Igualmente, não pode ser omitido o fato de que a seqüência ritualística do genuíno "Scottish Rite" norte-americano ("Scottish Rite of the Ancient and Accepted Scottish Rite of Freemasonry, prepared for the Supreme Council for the Southern Jurisdiction of the United States"), edição de 1919, impressa por "L. H. Jenkkins, Inc.", de Richmond (todos os estudiosos sabem que os dois mais antigos Supremos Conselhos do Rito Escocês Antigo e Aceito são dos Estados Unidos da América, o único país que pode ter dois Supremos Conselhos internacionalmente reconhecidos), páginas 1 até 21, dedicadas ao Grau de Aprendiz, é muitíssimo diferente do Rito Escocês Antigo e Aceito praticado em nossa Pátria.

Diante do exposto, fica evidente que de pouco valerá (e, às vezes, de nada mesmo valerá) o eventual discernimento dos exegetas (ou pseudo-exegetas), se não possuírem fontes primárias, porque intuição e pretensões adivinhatórias não têm qualquer valor, quando se ingressa na esfera do passado histórico-ritualístico, sem documentos, à procura dos necessários liames elucidativos.

Terminada a indispensável digressão, voltemos ao tema, propriamente dito. Depois que ao já Neófito eram transmitidos os ss.: os tt.: e as pp.:, havia a passagem dos aplausos. Em seguida, o Orador usava da palavra e, finalmente, era lida a Instrução escrita no Ritual (páginas 23, 24 e 25, no tamanho 14,7 x 21 centímetros).

A DESCRIÇÃO DAS VIAGENS, SEGUNDO O RITUAL DE 1837, DO GRANDE ORIENTE DO BRASIL.

O citado Ritual de 1837 possuía conteúdo bem maior do que o apresentado pelo anterior Ritual do Grande Oriente Lusitano. Aquele, o de 1837, era enriquecido com um Calendário muito interessante, ensinava um misterioso Alfabeto, elucidava o modo de entrar no Templo, descrevia a Recepção aos Visitantes, mostrava de que modo eram usadas as Estrelas, de que modo eram batidos os Malhetes, de que modo eram feitos os Aplausos e os Agradecimentos, fazia a explicação dos Termos e Significados, de que modo era formada a Cadeia de União, de que modo era instalada a Loja de Banquetes e de que modo eram feitas suas Sete Saúdes.

Na capa do focalizado Ritual (de 1837, reitera-se) estava escrito: "Regulador Maçônico do Rito Moderno, contendo os Rituais, segundo o Regimento do G.: O.: de França, bem como as formalidades e disposições diversas concernentes à Ordem para uso dos Officiais deste Rito ao G.: O.: do Brasil." (no passado, umas vezes encontramos Brasil com "s" e outras vezes, com "z").

Mas, na descrição das Viagens o Ritual de 1837 do Grande Oriente do Brasil seguia, quase vocábulo por vocábulo, o Ritual do Grande Oriente Lusitano. Três diferenças, pequenas, estavam na parte final, isto é, após o recebimento da Luz. É evidente que o Venerável Mestre, ao receber o Candidato e constituí-lo Maçom, não o fazia em nome do Grande Oriente Lusitano, e sim em nome do Grande Oriente do Brasil. A expressão "cachimbos compostos com resina" foi substituída por "tochas". O beijo fraternal "pelo número misterioso de três" deixou de existir. É indispensável a observação de que a p.: s.: e a p.: de p.: eram as mesmas usadas hoje pelo Rito em foco e, também, pelo Rito Adonhiramita.

Abriremos o próximo Capítulo mostrando as grandes modificações das Viagens, segundo o Ritual de 1892 e sua manutenção nos posteriores Rituais do Rito Moderno, até hoje.

CAPÍTULO XIX

Os Respeitáveis Irmãos Leitores que acompanham esta série já sabem que o Ritual do Rito Moderno, de 1892, do Grande Oriente do Brasil (aprovado pelo Decreto nº 109-GOB, de 30 de julho do citado ano), cujo trabalho gráfico foi elaborado na Imprensa Nacional (não consta seu endereço), deixou de incluir menções ao Grande Arquiteto do Universo, sob a indisfarçável influência da reforma efetuada no Grand Orient de France, em 10 de setembro de 1877. Essa abolição foi mantida e prevalece até hoje (este Capítulo começou a ser escrito em maio de 2005), conforme Ritual aprovado pelo Decreto nº 252-GOB, de 12 de maio de 1999. Em nossa Pátria, o mentor intelectual da introdução da citada reforma foi o Ir.: Henrique Valadares (ele nasceu em 15 de março de 1852 e faleceu em 9 de novembro de 1903; foi, no Grande Oriente do Brasil, Grande Secretário Geral, quando houve tal reforma, apesar de, estando ele viajando, o cargo ser então ocupado, interinamente, pelo Ir.: Olympio de Souza Pitanga; por haver sido o mentor intelectual daquela reforma, reitera-se, o Ir.: Henrique Valadares recebeu um voto de louvor do Grande Capítulo do Rito Moderno, em Sessão realizada em 23 de junho de 1892; mais tarde, a partir de 21 de junho de 1901 até seu falecimento, ele se tornou Grão-Mestre Adjunto do Grande Oriente do Brasil e, automaticamente, Lugar-Tenente Grande Comendador do Supremo Conselho do Rito Escocês Antigo e Aceito; oficial do Exército, atingiu o Generalato e obteve reforma no posto de Marechal; era muito influente, dentro e fora de nossa Ordem; manteve amizade pessoal com o Marechal Floriano Vieira Peixoto).

Sobre a manutenção da ausência do Grande Arquiteto do Universo no Rito Moderno, reportemo-nos à Constituição do Grande Oriente do Brasil, de 24 de junho de 1990 (aprovada pelo Decreto nº 162, daquela mesma data), da tradicional Potência, no artigo 2º, inciso I, que deixa bem claro ser postulado universal da Instituição Maçônica "a existência de um princípio criador: o Grande Arquiteto do Universo". Demais disso, sem excluir as Lojas do Rito Moderno, o artigo 26, inciso I, da mencionada Carta Magna preceitua que "São deveres da Loja: I - observar os princípios tradicionais da Instituição, cumprir e fazer cumprir a Constituição, as leis, os regulamentos e as decisões dos Altos Corpos (o grifo é deste articulista). Essa matéria foi o cerne do Capítulo XII desta série; portanto, não é mais necessário que, agora, nele nos detenhamos, apesar de sua inegável relevância. Assim mesmo, é oportuno asseverar que, à data daquela reforma (30 de julho de 1892, já vimos), estava em vigor, no Grande Oriente do Brasil, a Carta Magna de 30 de novembro de 1891, impressa na "Typ. da Papelaria Ribeiro", da Rua da Quitanda, nº 79-B, Rio de Janeiro - RJ (publicada por força do Decreto nº 99-GOB, de 28 de janeiro de 1892), cujo artigo 108 (sem estabelecer a exclusão do Rito Moderno) exigia que, na regularização de uma Loja houvesse Proclamação (sim, Proclamação, após o Juramento) à Glória do Grande Arquiteto do Universo.

Em decorrência de tal reforma, as três Viagens, que já vimos em anteriores Capítulos (isto é, as três Viagens que já vimos em dois antigos Rituais, primeiramente no Ritual do Grande Oriente Lusitano, impresso em Lisboa, em data ignorada, mas antes de 1815, e, posteriormente, no primeiro Ritual do Grande Oriente do Brasil, este impresso 1837 e que copiou aquele outro), foram inteiramente modificadas. Deixaram de existir as

referências em torno do ar, da água e do fogo. Antes de cada Viagem, passou a existir um interrogatório (mas, seus termos não eram exatamente os mesmos dos atuais).

Após o término do primeiro interrogatório, o Venerável Mestre dizia ao Candidato que este iria fazer três Viagens, simbolizando três fases da vida, e lhe perguntava se consentia em fazê-las. Em Rituais posteriores, incluindo-se o de 1999, a citada pergunta deixou de existir, permanecendo, no entanto, a afirmação referente à realização de três Viagens e permanecendo a explicação atinente à sua correspondência com as três fases da vida.

Comentário gramatical: Para evitar possíveis dúvidas, é necessário salientar que o pronome *lhe* foi usado corretamente por este articulista. Mas, às vezes, em alguns programas de televisão, produzidos em nossa Pátria, há diálogos (que causam espécie em Portugal, quando lá esses programas são exibidos) nos quais ouvimos o inadequado uso do sublinhado pronome a substituir, erroneamente, outros pronomes, que são os oblíquos diretos *o* e *a*. Exemplos: "Não *lhe* vi" (errado). "Não *o* (a) vi" (certo). "Não *lhe* conheço"(errado). "Não *o* (a) conheço" (certo). Por outro lado, lembremo-nos de que são corretas as expressões: "Não *lhe* vi as virtudes" e "Não *lhe* conheço os métodos".

A primeira Viagem passou a ser, a partir do citado Ritual do Rito Moderno do Grande Oriente do Brasil, de 1892 (e continua sendo) concernente à Infância e à Família. O 1º Experto e outro Irmão seguravam o Candidato, que era impelido ("para a frente", conforme estava escrito naquele Ritual, e assim continuou e continua, até hoje) por aqueles dois Irmãos, que o haviam segurado por um dos braços e posto a outra mão sobre o ombro. Dizia o referido Experto: "Meu filho, vinde comigo". Essa parte não foi modificada. Todavia, o Ritual de 1999 explica que, se forem vários os Candidatos, intervirão o 2º e o 3º Expertos e tantos outros Irmãos. Falando ao Candidato, quando concluída a Viagem, o Venerável Mestre ensinava, em síntese, que ela simbolizava a Infância, porque a criança, ao vir ao mundo, está nua, é fraca e sem condições de prover às suas necessidades, cabendo ao homem e à mulher, que *lhe* proporcionaram a vida, o "dever de dar satisfação ao seu direito". Continuando, o Venerável Mestre ensinava ao Candidato que este, sem luz, incapaz de, sozinho, dar os primeiros passos, era sustentado pelos dois Maçons que representavam os pais e que os três, juntos, representavam a Família. Durante o percurso não havia qualquer obstáculo.

De um modo geral, aqueles inovadores ensinamentos de 1892, sobre a primeira Viagem, no Rito Moderno, foram mantidos até hoje (levando em conta o mês de maio de 2005), apesar da substituição de alguns vocábulos por sinônimos, mas sem alteração do conteúdo simbólico. Sim, aqueles ensinamentos foram mantidos. Entretanto, sucessivos Rituais, incluindo-se o de 1999, ainda que mantendo aqueles ensinamentos, aproveitaram uma parte do que constava do Ritual do Grande Oriente Lusitano (e que, reitere-se, o Ritual do Grande Oriente do Brasil, de 1837, já havia copiado) e alteraram o percurso do Candidato, que, naquela primeira Viagem, passou a ter obstáculos, pelo menos de modo implícito, e acrescentaram (ao texto final dos ensinamentos mantidos) a simbologia da citada Viagem, que passou a ser, também, o emblema da vida humana, o tumulto das paixões, o choque dos diversos interesses, a dificuldade das empresas e os obstáculos que se multiplicam sobre os passos do Aprendiz na desigualdade da estrada pela qual ele caminhou. Talvez alguns Respeitáveis Irmãos Leitores imaginem que, agora,

confuso, este articulista já esteja começando a apresentar a simbologia de uma parte da primeira Viagem de outro(s) Rito(s). Não! A referência é mesmo ao Rito Moderno.

O próximo Capítulo talvez seja o penúltimo desta série. Dependerá do espaço gráfico dedicado às outras Viagens (faltam duas) dos Rituais de 1892 e de 1999, porque abordagens inevitáveis suscitarão novas digressões, que poderão torná-lo o antepenúltimo. Por exemplo, este articulista não omitirá, no próximo Capítulo, a influência do Ritual do Rito Moderno de 1892 sobre uma parte da simbologia da primeira e da segunda Viagens praticadas no Rito Escocês Antigo e Aceito das Grandes Lojas Estaduais (assunto inédito!).

CAPÍTULO XX

Já foi descrita e analisada a primeira Viagem, representativa do binômio Infância-Família e, também, já foram vistas as pequenas diferenças que aquela Viagem apresenta nos dois ora focalizados Rituais, isto é, de 1892 e de 1999. Entretanto, no presente Capítulo, antes de apresentar a descrição e a análise pertinentes às duas outras Viagens, há um esclarecimento, que, aliás, já deveria ter sido apresentado. Quando menciona o Ritual de 1892 (aprovado pelo Decreto nº 109-GOB, de 30 de julho daquele ano), este articulista faz referência ao fato de que o trabalho gráfico foi elaborado na Imprensa Nacional (Rio de Janeiro - RJ), pois assim está escrito em sua capa. Entretanto, alguns Rituais posteriores, reportando-se ao citado Ritual de 1892, informam que ele foi composto e impresso na "Tipographia da Casa Varelle", (mais tarde a denominação passou a ser "Tipografia e Papelaria Varelle"), da Rua do Carmo, nº 63 (Rio de Janeiro - RJ), constando sua adoção e aprovação pelo Grande Capítulo do Rito Moderno em 23 de junho de 1892 (portanto, alguns dias antes do Decreto lavrado pelo Grande Oriente do Brasil). Porém, da coleção deste articulista, não consta o Ritual de 1892, da aludida tipografia. Obviamente, isso não significa que aquele Ritual não exista. Com referência ao Ritual do Rito Moderno do ano de 1892, o autor desta série quer consignar que só possui e só conhece o trabalho gráfico da Imprensa Nacional.

No citado Ritual de 1892 (diante do que já ficou bem esclarecido, é claro que estamos tratando daquele elaborado pela Imprensa Nacional), terminado o segundo interrogatório, começava a segunda Viagem, mais lenta do que a primeira. O Candidato era conduzido por um dos Expertos (presume-se que fosse o Primeiro, apesar de não estar escrito na segunda Viagem, mas estava escrito na primeira e na terceira), que lhe dizia: "Meu discípulo, segui-me". Terminado o percurso, o Venerável Mestre perguntava ao Candidato quais as suas impressões sobre o ato. Se fosse preciso (é assim que estava escrito no Ritual), o Venerável Mestre, ajudando, estabelecia um paralelo entre aquela Viagem e o binômio A Juventude - O Mestre, fazendo alusão ao "Mestre ou Professor", em auxílio do pai e da mãe, que nem sempre estariam em condições de conseguir dar ao adolescente e, "mais tarde ao mancebo", o conjunto de ensinamentos concernentes à instrução geral. A intervenção constituiria uma segunda manifestação da solidariedade humana. Concluindo, o Venerável Mestre dizia que o Maçom condutor do Candidato estava representando o Mestre. Se este não interviesse, aquele teria seus passos perdidos sem direção e sem fito.

Esse entendimento é quase igual ao que dimana do Ritual de 1999. Realmente, em relação à parte que foi agora descrita, as diferenças são pequenas, e não alteram o sentido. Exemplificativamente, no Ritual de 1999, não existe a expressão "mais tarde ao mancebo". Também, não existe a conjunção "ou", em "Mestre ou Professor". Só existe "Mestre". Porém, quanto aos ensinamentos, propriamente ditos, vimos, no anterior Capítulo, na análise atinente à primeira Viagem, que, de um modo geral, as inovações constantes dos ensinamentos postos no Ritual de 1892 foram mantidas em sucessivos Rituais posteriores, mas, apesar de tais inovações serem mantidas, houve um acréscimo na parte final do simbolismo daquela Viagem (cuja repetição agora é desnecessária), com base no respectivo texto do Ritual do Grande Oriente Lusitano. Pois bem, o mesmo deve ser dito sobre a segunda Viagem, porque, de um modo geral, foram igualmente mantidas, em Rituais posteriores, as inovações trazidas pelo Ritual de 1892. No entanto, apesar dessa manutenção, houve um acréscimo em sua parte final, igualmente com base no respectivo texto do Ritual do Grande Oriente Lusitano, de modo que naquela Viagem, feita com "menos dificuldades e embaraços do que na primeira", passaram a existir, em sucessivos Rituais (todos posteriores a 1892), tinidos de armas (provocados pelo "contínuo tinir de espadas"), simbolizando os combates para vencer a luta contra o vício. Na falível opinião deste articulista, que não é psicólogo, só luta contra o vício quem se vê ameaçado por ele.

Verdadeiramente, é estranho, muito estranho, que o Ir.: Mário Marinho de Carvalho Behring, depois de ter qualificado o Rito Moderno de "arremedo bufo de Maçonaria" (contrariando os anteriores elogios que ele fizera e apesar de ter sido, em 1903/1904, Venerável Mestre da Loja "Ganganelli", do Rio de Janeiro - RJ, então trabalhando no citado Rito, de cujo Grande Capítulo ele participara, ao ter seu nome aprovado por 16 votos contra 2, mediante eleição realizada em 7 de outubro de 1903), tenha copiado uma parte das inovações do referido Ritual do Rito Moderno do Grande Oriente do Brasil, de 1892, quanto à primeira Viagem, referente à Família e à criança, e quanto à segunda, referente ao Discípulo e ao Mestre (mas, nada copiou da terceira Viagem, que ainda não vimos e que veremos no próximo Capítulo, o último desta série) e as tenha colocado naquelas duas Viagens, conforme consta dos três primeiros Rituais das três primeiras Grandes Lojas: da Bahia (fundada em 22 de maio de 1927), do Rio de Janeiro (fundada em 22 de junho de 1927; não confundi-la com a do Estado do Rio de Janeiro, fundada posteriormente, em 21 de setembro de 1927 e Carta Constitutiva em 10 de novembro do citado ano) e de São Paulo (fundada, oficialmente, em 2 de julho de 1927, mas, em verdade, existente desde 18 do mês anterior, com a denominação de "Grande Loja Escosseza de São Paulo").

Os primeiros Rituais daquelas três primeiras Grandes Lojas, então denominadas "Grandes Lojas Symbólicas", foram impressos no mesmo dia, com o mesmo texto, no ano de 1928, e não 1927, ou seja, no ano seguinte ao daquelas fundações, na "Typographia Delta", Rua Dias da Cruz, nº 129, Rio de Janeiro. Tais Grandes Lojas (e todas as que foram posteriormente fundadas) podem ser consideradas no-vas, pois existiram outras, antes, até mesmo no Século XIX, algumas subordinadas ao Grande Oriente do Brasil.

Por cautela, para que não chegue a ser estabelecida a mínima dúvida, é oportuno elucidar que as citadas cópias, provenientes do Ritual de 1892, do Rito Moderno

do Grande Oriente do Brasil, usadas em 1928 pelo Ir.: Mário Marinho de Carvalho Behring, constituíam (e continuam a constituir) apenas uma parte do simbolismo da primeira Viagem e uma parte do simbolismo da segunda Viagem, praticadas pelas Grandes Lojas Estaduais. Porém, na maioria das considerações descritivas e simbólicas (essa maioria abrange as três Viagens), o citado líder maçônico não copiou do Ritual do Rito Moderno de 1892, mas, sim, do Ritual do Rito Escocês Antigo e Aceito, do Grande Oriente do Brasil, impresso em 1922 na "Oficina da Escola Profissional Maçônica José Bonifácio", Rua Paraguai, nº 72, Rio de Janeiro. O mencionado Ritual de 1922 era baseado no de 1857, igualmente do Rito Escocês Antigo e Aceito e do Grande Oriente do Brasil, impresso em 1857 na "Tipographia Menezes", Rua do Cano (depois denominada Rua Sete de Setembro), nº 165, Rio de Janeiro (obviamente, os Respeitáveis Irmãos Leitores sabem que, em várias oportunidades, este articulista prefere manter a grafia original, por exemplo: "Typographia", "Symbólica", "Escosseza" e "Ofjicina").

Em princípio, alguém poderá ser contrário às exposições digressivas, de natureza histórica, quando invadem âmbito ritualístico, e poderá, também, ser contrário às comparações com Rituais de Ritos, que não façam parte do foco de um trabalho, se existirem desnecessários truncamentos da leitura, que dificultem o entendimento do próprio texto. Mas, por outro lado, positivamente, quando as digressões apresentam ineditismo e clarificam pontos penumbrosos, verifica-se que elas, de modo justificável, são sempre muito bem acolhidas.

No próximo Capítulo (o último desta série, conforme já foi afirmado), será descrita a terceira Viagem, de acordo com os Rituais do Rito Moderno de 1892 e de 1999, com algumas considerações sobre o recebimento da Luz.

CAPÍTULO XXI

Na terceira e última Viagem, conforme o Ritual de 1892, o Primeiro Experto convidava o Candidato a levantar-se, dava-lhe o braço e dizia: "Meu amigo, apoiem-vos em mim". Durante o percurso, o Candidato caminhava "com passo firme e normal". Era o referido Experto quem, ao terminar a citada Viagem, fazia o respectivo anúncio ao Venerável Mestre. Tenhamos os olhos fixos nos textos, e comprovaremos o risco existente na elaboração de cópias de um para outro Ritual, sem o imprescindível cuidado.

No Ritual de 1892, com a necessária clareza, está escrito: "Faz então dar três passos para a frente, para o Oriente, depois, voltando à esquerda, seguem pelo Norte, Occidente e Meio-dia, indo até o Oriente, d'onde o candidato volta a seu lugar, dando para isso três passos e senta-se".

Porém, mais tarde, o texto foi modificado, e essa modificação continua no Ritual de 1999: "O (cada) Exp.: faráo candidato dar três passos para a frente, para o Or.:; depois, voltando à esq.:., seguem pelo N.:; regressam ao Ocid.: e retoma seu lugar". Sim, todos "seguem pelo N.:" e todos "regressam ao Ocid.: ", mas quem "retoma seu lugar" é só o "Candidato". Entre as expressões "regressam ao Ocid.:" e "retoma seu lugar", faltou

a expressão "O Candidato", que não aparece na regência do verbo "retomar". Não se diga que estamos diante de "elipse do sujeito".

Diga-se, isto sim, que estamos diante de redação defeituosa.

Terminada a focalizada Viagem, conforme anúncio que, no Ritual de 1892, era feito pelo Primeiro Experto (e que assim continua no Ritual de 1999), o Venerável Mestre determinava (nas Viagens anteriores ele perguntava, sem determinar) ao Candidato que explicasse o simbolismo respectivo. No Ritual de 1999, não há essa determinação. O Candidato permanece em silêncio, pois o Venerável Mestre, diretamente, lhe dá as explicações. Entretanto, no Ritual de 1892, "sendo preciso", o Venerável Mestre apresentava seu auxílio, explicando, em síntese, que aquela Viagem simbolizava a idade madura, na qual, mesmo assim, continuava a ser necessário o socorro dos mais enérgicos, mais sábios e mais instruídos, porque o homem, isolado, não poderia ter êxito em nenhuma empresa importante; se oprimido pela injustiça ou vítima de um acidente ou na indigência ou enfermo, necessitaria de socorro, sendo-lhe indispensáveis conselhos e animações. No final das considerações, ficava esclarecido que elas significavam a direção e o apoio proporcionados pelo homem (no caso, o Primeiro Experto) que havia conduzido o Candidato naquela Viagem. Tais conceitos, com algumas indisfarçáveis obviedades e, também, com algumas assertivas discutíveis, continuam quase as mesmas no Ritual de 1999. Uma diferença está no fato (já vimos) de que o Candidato não mais apresenta qualquer interpretação (e isso até já antes de 1999). Outra diferença veremos a seguir:

Comentário gramatical supletório:

Mesmo não sendo esta série destinada à tentativa de solução de questões vernáculas, precisa ser destacado que, no Ritual de 1892, o Venerável Mestre usava da expressão: "É isso o que significam a direção e o apoio que, nessa viagem,". O verbo "significar" estava no plural ("significam"), concordando com os substantivos "direção e apoio" ("direção" estava em consonância com a grafia da época, ou seja, a grafia anterior à reforma ortográfica determinada pela Academia Brasileira de Letras, na histórica sessão de 12 de agosto de 1943); porém, existia o desnecessário pronome indefinido "o", depois de "É isso" e antes de "que": ("É isso o que "). Mais tarde, o mencionado pronome indefinido foi tirado, o verbo permaneceu no plural e houve a adoção da grafia moderna: "É isso que significam a direção e o apoio que, nessa viagem". Em nova modificação, o verbo passou para o singular e assim continua no Ritual de 1999: "É isso que significa a direção e o apoio que, nessa viagem...". De fato, o sublinhado verbo está no singular. A nova modificação, com o verbo no singular ("significa", em lugar de "significam") pode ser atribuída a uma desatenção do copista, ou, talvez, de modo consciente, ele tenha entendido ser possível equiparar, gramaticalmente, aquele texto à última linha da segunda estrofe do Canto I de "Os Lusíadas", onde o imortal Camões escreveu: "Se a tanto me ajudar o engenho e arte", Realmente, o poeta usou "ajudar", e não "ajudarem", porque "engenho e arte" (sujeito composto) possuem significados semelhantes, estão ambos no singular e são pospostos ao verbo, que, por essas razões, permanece no singular (quem sente atração pelos estudos literários, especificamente no campo da arte poética, sabe que, se o incomparável bardo lusitano usasse o verbo "ajudar" no plural, quebraria a

métrica e estariam desfigurados os versos decassílabos de sua referida e imorredoura obra).

Depois de lhe afirmar, no Ritual de 1892, que as provas estavam terminadas, o Venerável Mestre perguntava ao Candidato, lembrando-o da promessa inicialmente feita, se ele estava disposto a confirmá-la. Sendo a resposta afirmativa, o então interrogando ficava sabendo que iria receber a Luz, posteriormente à verificação de sua "solidariedade", perante os necessitados (essa passagem exigiria deste articulista uma dissertação, mas em Loja e fora dos Graus de Aprendiz e de Companheiro). Cabia ao Hospitaleiro conhecer da intenção do Candidato, em segredo, e transmiti-la, igualmente em segredo, ao Venerável Mestre, que faz o devido agradecimento. Toda essa parte continua sem modificação no Ritual de 1999.

Feito o citado agradecimento, de acordo com aquele pretérito Ritual, o Venerável Mestre perguntava ao Candidato se estava disposto a ficar ligado aos Maçons por meio de uma "promessa", quando houvesse recebido a Luz. Sempre aguardando uma resposta positiva, sob pena de ser encerrada a Sessão (é evidente), o Venerável Mestre perguntava ao Primeiro Vigilante o que ele pedia para ser concedido ao Candidato. Recebendo a óbvia resposta, o Venerável Mestre determinava a concessão da Luz, depois do que o Candidato era conduzido, pelo Mestre-de-Cerimônias, ao Oriente, onde, colocando a mão direita sobre o Esquadro e sobre "o livro da lei maçônica", prestava sua "Obrigação", por meio de três "promessas": pela primeira, ele concordava em espalhar a verdade; pela segunda, ele concordava em auxiliar os fracos, fazer justiça a todos e ser fiel à Família e à Pá- tria e a ser fiel consigo mesmo; pela terceira, ele concordava em amar os Irmãos, observar fielmente a Lei Maçônica e nada revelar do que "em segredo" lhe fosse confiado. Este articulista vem afirmando que o segredo maçônico está restrito aos SS.: , aos TT.: e às PP.:. Aliás, se assim não fosse, este artigo não poderia ser escrito, nem mesmo em uma Revista Maçônica.

Diversamente do que estabeleciam o Ritual do Grande Oriente Lusitano, aquele impresso em data ignorada, mas antes de 1815, e o Ritual do Grande Oriente do Brasil, impresso em 1837 (ambos estudados em anteriores Capítulos desta série), o de 1892 não apresentava Altar dos Juramentos ou qualquer outro móvel equivalente. Ora, considerando que o Candidato prestava sua "Obrigação" após colocar a mão direita sobre o Esquadro e sobre "o livro da lei maçônica" e que sobre a Mesa do Venerável Mestre estavam os citados Esquadro e livro (juntamente com um candelabro de três luzes, um Malhete e uma Espada, conforme Capítulo XV), isso nos leva a inferir que o Candidato prestava a sublinhada Obrigação sobre aquela Mesa.

Qual seria o citado "livro da lei maçônica"? Na parte referente às "Disposições e decoração do Templo", o Ritual de 1892 estabelecia que o aludido livro era "um exemplar da Constituição". Presume-se que fosse a Constituição do Grande Oriente do Brasil, de 30 de novembro de 1891, impressa na "Typ. da Papelaria Ribeiro", da Rua da Quitanda, nº 79-B, Rio de Janeiro - RJ (e não a Constituição da República, de 24 de fevereiro de 1891). Segundo a "opinião particular" deste articulista, em todas as Potências Maçônicas, em todos os Ritos, independentemente da perquirição sobre a crença religiosa do Candidato, o ato Juramento, Compromisso, Obrigação, Pacto ou denominação outra) deveria ser prestado, sempre, sobre a respectiva Carta Magna Maçônica, e nunca sobre

um livro de conteúdo religioso, qualquer que seja esse livro, pois a nossa Ordem não é uma religião!

Sendo oportuno este momento gráfico, merece um breve destaque o Ritual de 1983, apesar de que ele não está englobado na presente série. Tal destaque é devido ao fato de que, mesmo pertencendo ao Rito Moderno, aquele Ritual, na página 7, em nota de rodapé, com um antecedente asterisco, estabelecia: "Em todas as sessões, o Livro da Lei - a Bíblia - deverá estar sobre o Altar dos Compromissos (Capítulo II, inciso III, letra 'h', da Constituição do Grande Oriente do Brasil)". Não é surpreendente? No entanto, a Constituição em referência, de 8 de agosto de 1981, não previa "Altar dos Compromissos", mas sim "Altar dos Juramentos". Antes de mencionar o "Capítulo II", o rodapé deveria ter esclarecido tratar-se do "Título I". Note-se, outrossim, que a denominação de "Altar" era dada ao dos Compromissos (já vimos) e à Mesa do Venerável Mestre.

De acordo com o Ritual de 1999, a "promessa solene", com os mesmos termos da "Obrigação", que já vimos no Ritual de 1892, é prestada "ante o Triângulo dos Compromissos" ("uma pequena mesa triangular"), que fica no Oriente, à frente da Mesa do Venerável Mestre e diante do Esquadro, do Compasso e do "Livro da Lei", que recebe a denominação de "regra da Moral Maçônica".

PS: A redação acima acha-se vazada com base em legislação e ortografia vigentes em época pretérita.